

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Natalia da Silva Limongi

Vivência da juventude em meio à violência urbana.

A experiência de ser jovem em uma favela no Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Profa. Irene Rizzini

Rio de Janeiro

Julho de 2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Natalia da Silva Limongi

Vivência da juventude em meio à violência urbana.

A experiência de ser jovem em uma favela no Rio de Janeiro

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Irene Rizzini

Orientadora

Departamento de Serviço Social da PUC-Rio

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Departamento de Serviço Social da PUC-Rio

Profa. Miriam Krenzinger A. Guindani

Departamento de Serviço Social UFRJ

Profa. Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro
de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 07 de Julho de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Natalia da Silva Limongi

Graduou-se em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense no ano de 2009. Atou como Assistente Social em programas e projetos nas áreas da habitação, saúde, assistência, principalmente na área da infância e adolescência. Foi pesquisadora do Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde (CLAVES), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), onde iniciou seu vínculo com o universo da pesquisa sobre a violência que incide sobre a infância e a juventude.

Ficha Catalográfica

Limongi, Natalia da Silva

Vivência da juventude em meio à violência urbana. A experiência de ser jovem em uma favela no Rio de Janeiro / Natalia da Silva Limongi ; orientadora: Irene Rizzini. – 2015.

105 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2015.

Inclui bibliografia.

CDD: 361

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a **Deus** pela oportunidade de poder estudar, o que, para mim, é um privilégio.

À **Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**, em especial à Professora **Irene Rizzini**, pelas ricas orientações que me forneceram importantes elementos de reflexão para este estudo.

Aos demais **professores** do Departamento de Serviço Social, que contribuíram muito por meio das maravilhosas disciplinas ministradas que pude cursar ao longo destes anos.

À **CAPES**, pelo apoio financeiro.

Aos Professores **Miriam Guindani** e **Rafael Gonçalves**, que compuseram a banca de Qualificação e agora compõem a banca examinadora, pelas contribuições e disponibilidade.

Aos meus **pais**, Sérgio e Marilene, que sempre apoiaram e incentivaram todas as minhas escolhas.

À minha **irmã**, Elaine, que está ao meu lado em todos os momentos e procura me mostrar os melhores caminhos.

Ao meu **namorado**, Jorge, pela paciência e pelas frequentes leituras e contribuições para este estudo.

Aos meus **tios**, Rosana e João, pelo apoio e pelas constantes demonstrações de felicidade a cada conquista minha.

Aos **jovens** da Vila Ipiranga, por contribuírem com a minha pesquisa, tanto no momento da entrevista quanto na tentativa de mobilizar outros jovens para esta.

Às **amigas** Glasi Gaede, Luana Furtunato e Paloma Carvalho, que diretamente me ajudaram, seja por meio do apoio, do estudo em conjunto ou das brilhantes ideias.

Aos **amigos** de turma da PUC-Rio, da Secretaria Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro (SEASDH) e do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente (NACA), com quem dividi diariamente as minhas angústias, preocupações e ideias para a realização deste estudo.

Aos demais familiares e amigos que foram fundamentais nesta minha trajetória, tanto no âmbito profissional e intelectual, quanto no pessoal.

Sem vocês, não conseguiria chegar até aqui. Muito obrigada a todos.

Resumo

Limongi, Natalia da Silva; Rizzini, Irene (orientadora). **Vivência da juventude em meio à violência urbana. A experiência de ser jovem em uma favela no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2015. 105p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo tem como objetivo analisar a vivência da juventude em contextos em que as situações de violência urbana se fazem presentes de forma marcante. A análise é realizada a partir de depoimentos de jovens moradores de uma favela no município de Niterói (RJ). Busca-se refletir sobre como os jovens percebem a violência e quais são os reflexos desta em suas atividades diárias. O estudo tem como base entrevistas realizadas com jovens, e também utiliza dados sobre o contexto da violência que atualmente perpassa o cotidiano de vida do município de Niterói, sobretudo após a implementação da atual estratégia de Segurança Pública adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, aqui expressa pelas intervenções das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) na capital do Estado e seus possíveis impactos nos municípios vizinhos. A dissertação inclui uma discussão sobre a violência no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro, aprofundando a compreensão das atuais configurações deste fenômeno. É sabido que a população juvenil é uma das mais atingidas pelas expressões da violência, sendo a principal vítima de homicídios por causas externas. Por este motivo, considera-se particularmente importante escutar e compreender os pontos de vista de jovens a respeito da realidade que os cerca e dos possíveis reflexos desta realidade em suas vidas, já que atravessam uma fase de escolhas e de preparação para a vida adulta. Espera-se que este estudo contribua para aprofundar o debate sobre o tema, a partir do posicionamento dos próprios atores, ou seja, dos jovens, e possa oferecer subsídios, tendo em vista a implementação de políticas dirigidas a este grupo na busca de sua proteção e da garantia dos seus direitos.

Palavras-chave

Violência urbana; segurança pública; juventude.

Abstract

Limongi, Natalia da Silva; Rizzini, Irene (Advisor). **Youth experience in the midst of urban violence. The experience of being youth in a favela in Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2015. 105p. MSc. Dissertation – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study aims to analyze the experience of youth in contexts in which situations of urban violence are markedly present, as in the favela of Vila Ipiranga (Niterói/RJ). This analysis is based on testimonies of the young residents of this place. The aim is to reflect on how the youth perceive violence and what are the consequences of this in their daily activities. The study is based on interviews with young people and also use data on the context of violence in Niterói, especially after the implementation of the current Public Security strategy adopted by the Government of the State of Rio de Janeiro, here expressed by the interventions of Peacekeeping Police Units (UPPs) in the state capital and possible impacts on neighboring municipalities. Additionally the study briefly discuss the history of violence in Brazil and in the state of Rio de Janeiro in order to help us understand the current settings of this phenomenon. It is known that the youth is one of the most affected groups by the expressions of violence. They are the main victims of homicide. This is why it is particularly important to listen to them and to understand their views about the reality that surrounds them and the possible consequences in their lives and future prospects. It is to be hoped that this study will contribute to further discussion on the subject, based on the perspectives of the young people themselves. And that the study will provide an insight to new approaches, strategies and implementation of policies aimed at this group in search of protection and the guarantee of their rights.

Keywords

Urban violence; public security; youth.

Sumário

Introdução	10
1. O fenômeno da violência como campo de estudo	15
1.1. A violência como expressão da questão social	17
1.2. A violência no Brasil	21
1.3. Conceitos e tipos de violência	27
2. A questão da Violência Urbana	33
2.1. A violência urbana no Estado do Rio de Janeiro e as diferentes estratégias de Segurança Pública adotadas	35
2.2. Índices de violência e especificidades do município de Niterói	39
3. O jovem e a(s) juventude(s)	44
3.1. O jovem como sujeito de direitos	47
3.2. Direitos garantidos <i>versus</i> Direitos efetivados	50
3.3. Relação entre violência e juventude	53
3.4. Ser jovem em um contexto de violência urbana	56
4. Os jovens em foco: vivência da juventude em meio à violência urbana	58
4.1. O lazer e a diversão para os jovens da Vila Ipiranga	63
4.2. O estudo, o trabalho e as expectativas de futuro dos jovens da Vila Ipiranga	67
4.3. Panorama da violência urbana na favela da Vila Ipiranga pelo olhar dos jovens	72
4.4. Ser jovem na favela da Vila Ipiranga: vivência da juventude em meio à violência urbana	76
Considerações finais	81
Referências bibliográficas	84
Anexos	91

Lista de Siglas e Abreviaturas

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

NASF – Núcleo de Atenção SocioFamiliar

ONG – Organização Não Governamental

IDE – Instituto de Desenvolvimento para a Educação

CLAVES – Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

GPAE – Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISP – Instituto de Segurança Pública

AISP – Áreas Integradas de Segurança Pública

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa da Vila Ipiranga

64

Introdução

A população jovem vem crescendo no Brasil, alcançando no ano de 2014 a marca de 51 milhões, o que corresponde a 26% da população total do país (BRASÍLIA, 2013). Isto é, mais de um quarto do povo brasileiro se encontra na faixa dos quinze aos 29 anos.

Alguns autores que se dedicam ao estudo da juventude, como Miriam Abramovay (2006) e Regina Novaes (2004), afirmam que os jovens são influenciados pelo contexto sócio-histórico no qual se encontram inseridos. Sendo assim, tentar enquadrá-los em formas consensuais de compreensão e entendimento parece ser uma tarefa complicada, já que se trata de um contingente complexo e rico em especificidades.

A cada transformação social, novas dimensões sobre a juventude são adotadas e construídas. Estas mudanças permitem entender este segmento de modo heterogêneo, considerando, desta forma, que há “juventudes”, pois não existe uma definição que abarque todas as dimensões existentes.

Esta fase também corresponde a um período do ciclo de transição para o mundo adulto e um momento de elaboração de formas e expressões de sociabilidade, de construção de identidades e definições para o futuro. Por isso, compreende divergências e ambivalências (SOARES, RIZZINI e BUSH, 2010).

Todavia, além destes entendimentos, cabe ressaltar que a juventude é vivenciada de formas diferentes, sendo influenciada pela origem social, pela condição econômica, entre outros fatores. Angela Paiva (2013) afirma que em países como o Brasil, marcados por profundas desigualdades sociais, as oportunidades variam, principalmente, conforme a classe social, a cor e o gênero dos indivíduos. Portanto, é preciso compreender a juventude sob a ótica da diversidade.

Diversos estudos vêm apontando que esta parcela da população é a mais atingida pela pobreza, o que diminui suas chances de bem-estar e até mesmo de mobilidade social (RIZZINI, 2009; WASELFISZ, 2013 e 2014). Além da pobreza, muitos outros elementos podem refletir na vivência plena da condição juvenil, como a baixa escolaridade, o desemprego, a mortalidade, a violência, entre outros fatores.

Ao focalizarmos a análise sobre a violência em relação à população jovem brasileira, observa-se que este grupo é o mais atingido. Essa constatação fica explícita nos seguintes dados numéricos: em 2011, a média nacional de homicídios atingiu o número de 27,1 por cada 100 mil habitantes, mas, em se tratando dos jovens, este número alcançou a marca de 53,4 por cada 100 mil (WAISELFISZ, 2013). Com a publicação do Mapa da Violência – 2015¹, vemos ainda que há um enorme crescimento no número de jovens vítimas por armas de fogo, ou seja, em 1980, foram 4.415 vítimas, ao passo que, em 2012, este número chegou a 24.882. Isto significa um aumento de 463,6% (WAISELFISZ, 2015).

Apesar disso, os jovens² brasileiros, principalmente aqueles oriundos de favelas e periferias das cidades, são constantemente responsabilizados pelos problemas sociais e pelo aumento da violência. Noticiários de TV, jornais e outros veículos frequentemente apontam os jovens, em especial os negros e pobres, como “bandidos”, criminalizando este segmento, enquanto estudos apontam que estes, mais que responsáveis pela violência, são as maiores vítimas deste fenômeno.

Gostaria de iniciar esta reflexão a partir da minha própria trajetória profissional. A discussão presente neste estudo é oriunda de questionamentos advindos do período em que atuei como Assistente Social, nos anos de 2010 a 2012, em programas, projetos e pesquisas no interior de favelas dos municípios de Niterói e São Gonçalo, integrantes da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

As primeiras atuações neste contexto se deram por meio da inserção na Equipe do Trabalho Técnico-Social do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas favelas “Morro da Cocada”, localizada no bairro de Pendotiba, e “Vila Ipiranga”, localizada no bairro do Fonseca, ambas em Niterói.

Outra atuação marcante na minha trajetória profissional foi no Núcleo de Atendimento SocioFamiliar (NASF), que se trata de um projeto de reforço escolar e recreação para crianças e adolescentes, realizado na favela “Morro do Estado”, no Centro da cidade de Niterói, executado pela ONG Instituto de

¹ O Mapa da Violência, elaborado desde 1998, é um instrumento que será muito utilizado nesta dissertação, principalmente as publicações dos anos de 2013 a 2015. Este é promovido pela Secretaria Geral da Presidência da República e pela Secretaria Nacional de Juventude e é desenvolvido pelo Professor Julio Jacobo Waiselfisz.

² Usamos, nesta dissertação, o termo “jovens” para delimitar o grupo a ser estudado. Contudo, é fundamental salientar que a pesquisa envolveu jovens dos sexos feminino e masculino.

Desenvolvimento para a Educação (IDE) em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, acompanhando as famílias daqueles que participavam deste projeto.

Nessas oportunidades, realizava reuniões periódicas com os moradores de tais favelas a fim de conhecer as demandas locais, assim como visitas domiciliares às famílias que ali residiam, o que me possibilitou uma aproximação com as vivências e percepções cotidianas daqueles moradores.

Esta aproximação com a temática da violência nas favelas também é produto do trabalho realizado enquanto pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES), departamento da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Neste espaço, atuei em uma pesquisa que abordava o impacto da violência em crianças e adolescentes em escolas da rede pública de São Gonçalo, município vizinho a Niterói. A pesquisa tinha como objetivo principal investigar as consequências da exposição à violência e outros determinantes sociais que afetavam a saúde mental infantil.

A partir destas atuações, tive contato com uma realidade em que as situações de violência se apresentavam com frequência e de maneira explícita. Também pude observar que os moradores destes locais encontravam formas para seguirem com suas atividades rotineiras, mesmo diante destas situações, como por exemplo: ficarem atentos quanto aos horários mais seguros; avisarem uns aos outros quais locais estavam mais perigosos em certo dia, entre outras maneiras. Contudo, algumas questões foram se apresentando, principalmente no tocante ao constante convívio da população juvenil com as expressões da violência dentro das favelas, como por exemplo: Quais os impactos na vida desses jovens em razão de cotidianamente dividirem o espaço onde moram com homens portando armas e drogas? O que pensam sobre esta realidade?

O objetivo deste estudo foi discutir a violência a partir de depoimentos de jovens sobre a vivência da juventude em meio à violência urbana, marcante hoje nas favelas onde atuei. Escolhi a Vila Ipiranga para a realização desta pesquisa por se tratar de uma grande favela do município de Niterói, em termos territoriais e populacionais, localizada em uma área estratégica deste, mas, principalmente, por ser conhecida pela intensa violência em seu interior.

Ao ser definido o campo de pesquisa, foi preciso revisitar aquele espaço

onde atuei, que naquele momento possuía outro foco que não os jovens. A primeira visita foi realizada em junho de 2014 onde caminhei pela favela junto a representantes da Associação de Moradores e visitei todas as obras e intervenções realizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento. Nesta oportunidade, pude resgatar memórias e pessoas conhecidas, fundamentais para o andamento deste estudo.

Com contatos que pude reconectar, cheguei a alguns jovens da Vila Ipiranga por meio da técnica do “informante chave”, isto é, a pessoa que conhece bem a realidade local e o assunto pesquisado, representando assim uma rica fonte de informações. Este informante chave utilizado havia atuado na equipe do PAC em um projeto, integrado a este programa, chamado “Ecoagentes”. Tratava-se de um grupo de jovens mobilizadores comunitários que levavam informações sobre o programa aos demais moradores da favela, além de contribuírem nas campanhas sobre educação sanitária e ambiental coordenadas pela bióloga da equipe.

Para o estudo atual, foram realizadas entrevistas com quatorze jovens dos sexos masculino e feminino, de 18 a 26 anos, moradores de diferentes áreas da favela da Vila Ipiranga, o que possibilitou um olhar mais ampliado sobre a realidade deste local. A seleção dos jovens se deu a partir de uma técnica denominada “bola de neve”, ou seja, os primeiros entrevistados indicaram outros, e assim sucessivamente.

Esta pesquisa utilizou como referencial a metodologia qualitativa que envolve uma amostra relativamente pequena de entrevistados, apresentando, contudo, uma análise bastante detalhada de cada um deles.

Com cada jovem, foi realizada uma entrevista semiestruturada; estas foram aplicadas no espaço do Horto Botânico de Niterói, também conhecido como Horto Florestal do Fonseca, que fica próximo à Vila Ipiranga. Pensou-se em um local com um distanciamento que visava a promover certo sentimento de segurança para que os jovens pudessem expressar-se livremente. Todas as entrevistas ocorreram após a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo gravadas em sua totalidade a partir da permissão dos jovens.

Desta forma, os capítulos que seguem constituem reflexões que versam sobre a pesquisa bibliográfica realizada ao longo da construção desta dissertação, das observações a partir de visitas à favela e do resultado das entrevistas.

No primeiro capítulo, será abordado o fenômeno da violência como campo

de estudo, apresentando a complexidade desta problemática, expressão de uma questão social mais ampla. Será levantada também a configuração deste fenômeno no Brasil como algo histórico e marcante nesta sociedade, sendo, ao final, elencados variados conceitos e tipos de violência estudados.

No segundo capítulo, o foco recai sobre a violência urbana com relação ao Estado do Rio de Janeiro e às estratégias de Segurança Pública adotadas para o enfrentamento desta problemática. Também serão apresentadas nesta parte do estudo algumas especificidades do município de Niterói, onde se localiza a favela Vila Ipiranga, bem como os índices de criminalidade neste município desde o ano de 2008 até 2014.

No terceiro capítulo desta dissertação, o jovem e as diferentes “juventudes” serão alvos da análise, reconhecendo-os como um grupo heterogêneo. Avançaremos na discussão quanto aos direitos garantidos legalmente a este segmento, em comparação à sua real efetivação na vida cotidiana. Ao final deste capítulo, focalizaremos o estudo na relação entre violência e juventude, iniciando o debate sobre como é ser jovem em um contexto marcado pela violência urbana.

Por fim, no capítulo quatro, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada com os quatorze jovens moradores da favela Vila Ipiranga. As questões abordadas e analisadas são referentes às opções de lazer e diversão voltadas aos jovens da referida favela; ao estudo, ao trabalho e às expectativas de futuro destes; ao panorama da violência urbana no local em que vivem e de como é ser jovem em meio à violência urbana.

Busco, com esta dissertação, elementos teórico-reflexivos relevantes que contribuam para um entendimento mais ampliado sobre o universo juvenil e seu desenvolvimento em meio à exposição diária às diversas formas de violência urbana. Meu desejo é que este estudo possa contribuir com subsídios para a implementação de políticas dirigidas a este grupo na busca de sua proteção e da garantia de seus direitos.

O fenômeno da violência como campo de estudo

A questão da violência, em suas diversas formas de manifestação, tem sido sistematicamente discutida em estudos, pesquisas e artigos científicos, dentre outras produções teóricas. Como expressão de uma questão social mais ampliada, presente em diferentes sociedades, nos mais variados períodos históricos, as Ciências Sociais e Humanas têm-se dedicado a desenvolver análises, buscando apreender este fenômeno em sua complexidade.

A violência é um fenômeno recorrente em diversos contextos históricos, sociais, políticos e culturais. Como afirma a pesquisadora Maria Cecília de Souza Minayo (1994, p. 7), este “é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade. Não se conhece nenhuma sociedade onde a violência não tenha estado presente”.

Se observarmos as histórias das diferentes sociedades existentes no mundo e, mais especificamente, do Brasil, é possível perceber situações de violência perpassando as relações sociais e se manifestando de inúmeras formas. A violência opera tanto no âmbito subjetivo, por meio das situações de violência psicológica e simbólica, por exemplo, como no objetivo, mediante as violências física, sexual, estrutural, social e urbana, dentre outras possibilidades.

Entende-se a violência como um fenômeno complexo que pode atingir e influenciar os mais diversos aspectos, tais como físicos, psíquicos e sociais, como é o caso também das violações de direitos, da ineficiência dos serviços públicos e de tantos outros exemplos presentes no cotidiano dos sujeitos.

Considerando que a referida problemática está presente em inúmeros contextos sociais ao redor do mundo, faz-se necessário refletir sobre os impactos e as consequências da violência na vida e no cotidiano dos indivíduos, principalmente daqueles que convivem com ela e com as suas expressões mais evidentes diariamente.

Contudo, é necessário compreender que, mais que um fenômeno que pode ser mensurado quando se apresenta explicitamente, por exemplo, por meio de conflitos, guerras e agressões, é fundamental que as expressões “invisíveis” e “silenciadas” da violência também sejam observadas, pois estas podem acontecer

até mesmo em locais onde não se espera, como escolas, lares e vizinhança.

Neste diapasão, é possível afirmar, e muitos autores como Marilena Chauí (1998), Sérgio Adorno (2002) e Maria Cecília Minayo (1994) assim o fazem, que o fenômeno da violência não é algo natural, mas sim determinado pelas relações sociais. Isto é, trata-se de um fenômeno que nasce a partir das relações sociais e históricas entre os homens.

Segundo Misse (2002), a palavra “violência” é oriunda do latim “*violentia*”, que significa a força usada contra o direito e a lei. Para este autor, o termo citado passa a ser compreendido como qualquer ruptura da ordem estabelecida ou qualquer utilização de meios para impor uma determinada ordem. Portanto, reafirma a ideia de que a violência não é natural, mas sim construída.

Assim, ela pode também ser desconstruída, como afirma o grande líder pela paz mundial, Nelson Mandela:

Muitos dos que convivem com a violência dia após dia assumem que ela é parte intrínseca da condição humana, mas isto não é verdade. A violência pode ser evitada. As culturas violentas podem ser modificadas (OMS, 2002, p. 9).

De acordo com Hannah Arendt, a violência é um instrumento que resulta da desintegração do poder. Para ela, “o decréscimo do poder pela carência da capacidade de agir em conjunto é um convite à violência” (2009, p. 12).

Hannah Arendt, em seu livro “Sobre a Violência” (2009), narra que o século XX foi marcado por guerras e revoluções, razão pela qual o considera como o século da violência. A partir deste pressuposto, Arendt aponta que a violência sempre possuiu um importante papel nos negócios humanos, mas pouco foi vista como um objeto a que se dedicasse uma especial consideração, pois muitos a tinham como um fenômeno corriqueiro, sendo então negligenciado e banalizado.

A autora diferencia alguns conceitos em seu livro; destes, destacam-se dois relevantes, que comumente são associados, quais sejam: poder e violência, já relacionados acima. Arendt aponta que o poder é uma habilidade para agir em consenso, pertencendo a um grupo e não a um indivíduo, e só permanece existindo enquanto tal grupo continuar unido. Já a violência possui caráter instrumental, ou seja, um meio para se chegar a um fim. Apesar de, habitualmente, se associarem os dois conceitos, a autora aponta que eles são, na

verdade, opostos, e assim os contrapõe: “O poder é de fato a essência de todo o governo, e não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja” (2009, p.68).

Arendt ainda enfatiza que o poder não necessita de justificação, mas sim de legitimidade. Já a violência pode até ser justificável, porém não será legítima. Portanto, a violência surge de onde o poder está sendo perdido. Há, então, uma relação de alternatividade, isto é, onde há o domínio de um, há a ausência de outro. Sendo assim, a autora destaca:

A violência aparece onde o poder está em risco, mas deixada a seu próprio curso, conduz ao desaparecimento do poder. Isso implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não violência; falar de um poder não violento é de fato redundante. A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de criá-lo (ARENDT, 2009, p.74).

Desta forma, pode-se afirmar que a violência constitui-se enquanto uma problemática global. Como instrumento para se alcançar um fim que se fortalece onde o poder está sendo perdido, conforme aponta Hannah Arendt (2009), muitas condutas violentas podem ser exemplificadas em todo mundo, como guerras, massacres, repressões, punições, entre outras ações.

Para buscarmos compreender este fenômeno em sua complexidade na esfera global, e mais especificamente no contexto brasileiro, na contemporaneidade, consideramos importante estabelecer uma relação entre a questão social e a violência, por reconhecermos que esta é também uma expressão daquela e é esta relação que será abordada no tópico seguinte.

1.1

A violência como expressão da questão social

A violência é um fenômeno que precisa ser discutido e estudado, pois se apresenta por meio de uma complexa trama que envolve diversos âmbitos, questões e situações com inúmeras especificidades. A compreensão deste fenômeno é uma temática que interessa especialmente ao Serviço Social, profissão interventiva que tem por objeto a questão social e suas expressões, em que também se encontra a violência e seus desdobramentos.

Considerando que a violência não faz parte da natureza do homem e não possui raízes biológicas, mas sim eminentemente sociais e históricas, compreende-se que ela guarda relação com questões de ordem política, econômica, moral, do Direito, da Psicologia, das relações humanas e institucionais.

Na contemporaneidade, reconhece-se a violência como expressão de uma questão social³ mais ampla, fruto da acumulação do capital em função da exploração das classes mais pauperizadas e de uma desigualdade expressiva e profunda que atinge grande parte da população mundial. No caso específico do Brasil, apresenta-se de maneira alarmante.

A fim de ilustrarmos tal assertiva, destacamos alguns números do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do ano de 2010⁴, no qual o Brasil ocupou a posição de número 73, com um índice de 0,699. Outros países da América Latina, como Chile e Argentina, ocuparam as posições 45 e 46 respectivamente, enquanto que a Noruega, com o IDH de 0,938, ocupou o primeiro lugar.

Refletindo historicamente, a questão social é entendida a partir do processo de acumulação do capital, que se utiliza do desenvolvimento tecnológico das forças produtivas, visando ao aumento da produtividade e à diminuição da força de trabalho necessária à produção de mercadorias, com início por volta de 1830. Isso influencia fundamentalmente no fator “desemprego” e anima os capitalistas, pois esta é uma forma de produzir o “exército industrial de reserva”, ou, segundo Santos (2012), “os excedentes”. Com a formação destes excedentes, acirra-se a concorrência entre os trabalhadores, o que permite, por exemplo, diminuir os salários pagos.

Para Castel (2008), esses “excedentes” seriam chamados de “desfiliados” ou “sobrantes”, isto é, sua história é formada por uma série de rupturas com estados anteriores de certa forma estáveis. Segundo o autor citado, estes não poderiam ser denominados “excluídos”, pois fazem parte e são fundamentais para

³ O conceito de questão social utilizado neste estudo será o seguinte: “Conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (IAMAMOTO, 2001, p.10).

⁴ Dados extraídos do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida, mundialmente utilizada, que combina dados sobre a esperança de vida, a instrução e o rendimento econômico. Quanto mais próximo ao número 1, mais desenvolvido e menos desigual é o país.

o processo de acumulação capitalista, de modo que a produção deste sistema se desenvolve de acordo com o aumento da concentração de riqueza e de pobreza. Conforme complementa o autor, “esse drama decorre de novas exigências da competitividade e da concorrência, da redução das oportunidades de emprego, fazendo com que não haja mais lugar para todo mundo na sociedade onde nós nos resignamos a viver” (CASTEL, 2008, p. 35).

Ainda de acordo com Castel, não se pode reduzir a questão social à exclusão, pois, desta forma, estaríamos focando apenas nos aspectos mais visíveis, e não no processo mais geral de “desestabilização salarial”, como deve ser feito. “É a desagregação das proteções que foram progressivamente ligadas ao trabalho que explica a retomada da vulnerabilidade de massas e, no final do percurso, da ‘exclusão’” (CASTEL, 2008, p. 39).

Este processo de desproteção e vulnerabilização se caracteriza como uma violação dos direitos anteriormente garantidos e, portanto, como uma violência inerente ao sistema capitalista. Para Castel (2008), só seria possível lutar contra a exclusão através da intervenção nos sistemas de proteção ao trabalho, ou seja, garantindo os direitos dos trabalhadores.

Montaño (2012) acrescenta ao debate a ideia que a questão social tem diferentes concepções de enfrentamento quando se refere às fases do capitalismo, como na tradição liberal, no liberalismo clássico, no keynesianismo e no neoliberalismo.

No primeiro momento, ela é entendida como de responsabilidade individual e não ligada à exploração econômica, e, neste caso, sua forma de enfrentamento seria por meio de ações filantrópicas. No segundo, ou seja, no liberalismo clássico, ao invés de enfrentar a questão social com ações caritativas, esta passa a ser tratada de forma violenta, ou seja, por meio de ações repressoras e punitivas, pois, para muitos, essas ações de caridade estimulariam a preguiça e a vagabundagem, assim como inúmeros discursos observados na atualidade. “O pobre, aqui identificado como ‘marginal’, passa a ser visto como ameaça à ordem” (MONTAÑO, 2012, p. 273).

Na perspectiva keynesiana, segundo o mesmo autor, mais precisamente no contexto do capitalismo monopolista, o Estado toma para si algumas funções que contribuem para a acumulação desse sistema e para a inibição de conflitos dos trabalhadores. Com isso, a questão social não é mais vista como um problema do

indivíduo, mas ela passa a ser reconhecida como decorrente do subdesenvolvimento. Isto é, as expressões da questão social, como miséria, pobreza, violência, dentre outras, são reconhecidas como um problema de distribuição do mercado. Neste caso, o Estado passa a responder a algumas demandas da população e também a criar condições para a produção e o consumo por meio da contenção do desemprego e da distribuição de renda mediante políticas sociais.

Já no contexto do neoliberalismo, a questão social é mais uma vez vista como um problema individual e, por isso, a filantropia e o voluntariado passam a substituir as ações estatais, que são frequentemente desconsideradas neste contexto. Este projeto societário acredita que o pauperismo encontra-se no déficit da oferta do mercado e que, para superar isso, precisaria primeiramente atingir um determinado patamar de desenvolvimento econômico. Visando a alcançar este desenvolvimento econômico, o Estado deve estimular o consumo e os investimentos de capitais, enquanto suas ações no campo social devem ser focalizadas e precárias, sendo, portanto, de maior responsabilidade das áreas solidárias, voluntárias e de organizações da sociedade civil, sobretudo para não “onerar” o setor público.

Netto (2007) contesta a tese adotada pelos neoliberalistas, no sentido de que o crescimento econômico é a única forma de combater o fenômeno do pauperismo – expressão da questão social –, pois, segundo o mesmo, na tradição marxista, reconhece-se que nas sociedades capitalistas a pobreza e a desigualdade estão extremamente vinculadas ao processo de acumulação, como destacado por Castel (2008). Montañó corrobora com a tese, apontando que “no capitalismo, quanto mais se desenvolvem as forças produtivas, maior acumulação ampliada de capital e maior a pobreza” (MONTAÑO, 2012, p. 279).

Mais especificamente no caso latino-americano, segundo Wanderley (2008), a questão social está localizada nas desigualdades e injustiças bastante enraizadas na estrutura social destes países. Esta é resultado dos modos de produção e reprodução social, como também dos modos de desenvolvimento de cada sociedade nacional, da acentuada concentração de riqueza e poder de algumas classes e segmentos dominantes e da enorme pobreza de outras classes e setores que formam a maioria da população. Aqui, encontra-se presente a persistência de atrasos em articulação com o moderno. Segundo Wanderley:

Os ajustes estruturais determinados pelos organismos internacionais, o Mercado colocado como a única via de felicidade, as políticas fiscais e tributárias executadas desde a Nova República, trouxeram, ao lado de alguns pontos positivos, resultados gravíssimos de pauperização, de violência, de tráfico de drogas, entre outros, tornando a situação urbana um elemento crítico da questão social abrangente, o que passa a ser vivenciado no cotidiano de todos (2008, p. 119).

A essência do modo de produção capitalista é baseada na exploração do trabalho e na acumulação de riquezas, o que acaba gerando a ampliação da pobreza e da desigualdade. Neste sentido, segundo as tipologias adotadas pela Organização Mundial de Saúde, em seu Relatório Mundial sobre Violência em Saúde, elaborado em 2002, têm-se como violência estrutural:

(...) Formas onde há manutenção das desigualdades sociais, econômicas, culturais, de gênero, etárias, étnicas. É a violência que mantém a miséria de uma determinada população⁵.

A partir do conceito apresentado, entendemos que o próprio capitalismo, projeto societário adotado hegemonicamente no mundo, baseia-se em formas violentas de reprodução.

A seguir, focalizaremos a questão da violência em território brasileiro, a fim de que seja possível visualizar como esta vem perpassando as mais variadas relações sociais no país.

1.2

A violência no Brasil

A fim de buscarmos compreender o fenômeno em tela, faz-se necessária a análise do contexto social, cultural, político e econômico em que se encontra inserido, pois, como abordado anteriormente, a violência é determinada pelas condições e relações sociais em um dado momento histórico.

Como apontamos, a violência na contemporaneidade é também expressão de uma questão social mais ampla, originada da exploração do trabalho pelo capital, a partir da qual se cria uma desigualdade aguda baseada na acumulação de riqueza por poucos em detrimento da pobreza de muitos, adquirindo, desta forma,

⁵ Outras tipologias da violência serão aprofundadas no tópico 1.3 deste capítulo.

novas facetas. Porém, o fenômeno estudado pode ser identificado em diversas sociedades, mesmo antes do desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Quando se trata da sociedade brasileira, pode-se afirmar que a utilização da violência sempre esteve presente nas relações sociais construídas ao longo dos mais diversos regimes políticos atravessados. Para Gilberto Velho:

A violência, em diversas formas, foi variável fundamental na constituição da sociedade brasileira. A ocupação europeia do hoje território brasileiro foi feita mediante a destruição de centenas de culturas indígenas e da morte de milhões de ameríndios (2000, p. 53).

Diversos autores analisam estas relações violentas historicamente constituídas no Brasil. Um desses autores, Otávio Ianni (1991), exemplifica que, durante o período da escravidão, o escravo era maltratado, torturado, explorado e expropriado do produto de seu trabalho. Este escravo era um pertence do seu senhor, quem fazia com ele o que bem quisesse, podendo, inclusive, açoitá-lo até a sua morte, pois, para este, o escravo não era um ser humano, mas sim uma mercadoria. Inúmeros instrumentos de tortura para os escravos considerados “rebeldes” e “fugitivos” eram utilizados com frequência, sendo os mais comuns o açoite e o tronco.

Velho (2000) afirma que a escravidão implicava na chamada “dominação violenta” tanto no campo físico como no campo simbólico. Afinal, a elite latifundiária, que compunha uma sociedade sustentada por relações verticais de força, utilizava-se de práticas de tortura contra os escravos, mas também de condutas injustas e estigmatizantes contra esta população.

A violência foi inerente à sociedade escravista, deixando profundas marcas na sociedade brasileira. A discriminação racial constitui um dos fenômenos mais manifestos e mais duradouros, persistindo até os dias atuais. É importante salientar que esta cultura de “dominação violenta” atingiu não só os índios e os escravos africanos, como também os trabalhadores europeus e ocidentais incorporados ao trabalho no Brasil de forma arbitrária e violenta, com inúmeros episódios de exploração e discriminação, como destaca Velho (2000). É por esta razão que o autor incorpora a ideia de que a violência faz parte da constituição histórica do país.

Com o fim da escravidão em 1888, há a emergência do trabalho livre e o

desenvolvimento do sistema capitalista na sociedade brasileira. Este sistema, como apontamos, tem como fundamento a exploração do trabalho, a acumulação de riquezas e a ampliação da pobreza e da desigualdade (NETTO, 2007). Assim, o próprio capitalismo, projeto societário adotado global e hegemonicamente, baseia-se em formas violentas de reprodução, promovendo a manutenção das desigualdades sociais, econômicas, culturais, de gênero, etárias, étnicas entre outras (YAZBEK, 2012).

Com a ascensão do trabalho livre e a consolidação do capitalismo moderno-industrial na sociedade brasileira, evidencia-se a questão social e suas diversas expressões, como a exploração da força de trabalho, o desemprego e a pobreza. A partir de então, deu-se início à luta por melhores condições de vida e trabalho, a que se respondeu com grande repressão das forças policiais estatais. (IANNI, 1991).

Nas décadas de 1920 e 1930, setores dominantes da sociedade começaram a aceitar que a questão social e seus desdobramentos no campo do trabalho, incluindo as manifestações e reivindicações das classes trabalhadoras, não deveriam mais ser tratadas apenas como casos de polícia, mas sim como questões políticas que precisavam de respostas mais eficazes por parte do Poder Público (IANNI, 1991). Contudo, as repressões violentas contra as manifestações da população e as lutas sociais nunca deixaram de se reproduzir.

A partir da década de 1950, os governantes brasileiros passaram a investir na expansão e diversificação da economia do país, o que resultou no crescimento e desenvolvimento da urbanização, das indústrias e das exportações. Porém, a distribuição da riqueza produzida nacionalmente permaneceu desigual. Segundo Otávio Ianni (1991, p. 3), “enquanto a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece”.

Em 1964, por meio de um golpe contra o Estado, depondo um governo então democraticamente constituído, as forças militares tomaram o poder e instalaram um regime autoritário e violento, que permaneceu em vigência até o ano de 1985, vindo a marcar a história do país como um período em que os direitos individuais, políticos, sociais e culturais foram sistematicamente violados, como política de terror de Estado. Práticas violentas, como a censura e a tortura, foram tomadas como medidas neste momento, haja vista a suposta existência de uma ameaça comunista.

Após os chamados “anos de chumbo”, como ficou conhecido este período, diversos movimentos populares e partidos políticos saídos da ilegalidade estabelecida pela ditadura, entre outros segmentos da sociedade, lideraram o processo de redemocratização do Brasil que culminou, entre 1985 e 1988, na extinção do regime militar a partir da eleição indireta de Tancredo Neves para o cargo de Presidente civil do país.

Em 1988, é promulgada a nova Constituição Federal Brasileira, que introduziu uma nova ordem política e jurídica, e estabeleceu uma série de regras e princípios democráticos, sobretudo no sentido de assegurar, de forma expressa e inequívoca, direitos e garantias individuais, elevados à categoria de cláusula pétrea⁶.

Entretanto, mesmo com os evidentes avanços democráticos conquistados após anos de vigência de um regime autoritário, pode-se afirmar que a instauração de um efetivo Estado Democrático de Direito, tal como previsto pela “Constituição Cidadã”, não ocorreu (ADORNO, 1995). Contudo, é necessário reconhecer que muito se avançou no que se refere à garantia de direitos e cidadania.

Com a expansão da onda neoliberal nos anos 1990, que priorizou ações de desproteção social, sucateou os serviços públicos e precarizou as relações trabalhistas, pode-se observar que, ainda hoje, apesar dos avanços conquistados, continuam fortemente presentes na sociedade brasileira graves violações de direitos humanos e sociais, entre outros, resultado de uma violência já enraizada cultural e institucionalmente. Violência esta que se manifesta tanto no comportamento da sociedade civil, como no de agentes cuja função é preservar a ordem pública, da qual a Polícia é um exemplo (ADORNO, 1995).

Disseminam-se no país inúmeras formas de violência, com distintos objetivos, tais como reprimir direitos, mesmos os assegurados constitucionalmente, conter reivindicações, promover uma reforma moral dos cidadãos como estratégia de dominação, entre outros (ADORNO, 1995).

Mesmo diante destas afirmações, a sociedade brasileira continua tendo sua imagem mundialmente associada a generosidade, camaradagem, simpatia, como

⁶ Dispositivo constitucional que não pode ser alterado nem mesmo por Proposta de Emenda à Constituição (PEC). As cláusulas pétreas inseridas na Constituição do Brasil de 1988 estão dispostas em seu artigo 60, § 4º. São elas: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e as garantias individuais.

se em seu território todos fossem iguais e, desta forma, não houvesse discriminação, preconceito, racismo, machismo ou outras formas violentas de distinção. Porém, Marilena Chauí (1998) afirma que esta imagem na verdade é um mito, pois os atos violentos que são divulgados como independentes, na verdade são frutos de uma violência mais ampla, uma violência estrutural na qual as questões éticas e morais se encontram bastante envolvidas. A autora destaca:

Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isto, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. (...) A sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico de superfície (Chauí, 1998, p. 7).

A violência, portanto, sempre esteve presente na sociedade brasileira, nas suas mais diversas formas. Ela está enraizada no cotidiano do brasileiro fazendo parte da rotina do país e atingindo diferentes segmentos populacionais, como crianças, adultos, idosos, mulheres e principalmente os jovens. Acredita-se que este seja o grupo populacional mais atingido pela violência e pelas suas consequências, como mostram importantes pesquisas e estudos.

Ademais, é notório que há a chamada criminalização da pobreza, haja vista que os indivíduos oriundos das classes mais pauperizadas, geralmente moradores de favelas e áreas periféricas, são associados à imagem de periculosidade.

Por este motivo, estão sujeitos a práticas violentas e repressivas, como invasões em suas moradias por parte do Poder Público visando a “prevenir” possíveis ameaças à população, revistas constantes dos jovens moradores destas áreas, conflitos frequentes em seus locais de residência, entre outras formas⁷.

É fundamental, portanto, compreender a origem da violência na sociedade brasileira, considerando que se trata de uma violência permeada por questões éticas e morais, para que, desta forma, sejam pensadas estratégias efetivas de enfrentamento de tal fenômeno visando ao respeito às diferenças e à garantia da cidadania plena de todos os sujeitos, e não apenas de alguns grupos privilegiados.

Como um fenômeno social, é importante dedicar atenção também ao fato

⁷ A violência que incide sobre a juventude será o foco do Capítulo 3 desta dissertação.

de que se verificam aumentos das taxas de violência e criminalidade em diversas modalidades no Brasil contemporâneo. Nos últimos anos, pode-se observar o crescimento dos índices de mortes violentas, de crimes comuns, da violência ligada ao crime organizado, das mais diversas formas de violações dos direitos humanos, bem como dos conflitos existentes nas relações pessoais e intersubjetivas.

De acordo com o Mapa da Violência de 2014, na década de 1980, a maior causa de mortes violentas era decorrente de acidentes de trânsito, atingindo 17,1 mortes a cada 100 mil habitantes do país. Em 2012, este número atingiu o total de 23,7 mortes. Já os homicídios, em 1980, representavam o segundo maior causador de mortes violentas no Brasil, alcançando o índice de 11,7 homicídios a cada 100 mil brasileiros. No ano de 2012, os homicídios atingiram o número de 29,0 homicídios a cada 100 mil habitantes do país, o que representa um enorme crescimento em três décadas.

Conforme este mesmo mapa, no ano de 2012 ocorreram mais de 56 mil homicídios no país, o que significa cerca de 150 vítimas de homicídios por dia. Quando analisamos a década, isto é, 2002 a 2012, somam-se 556 mil cidadãos brasileiros vítimas de homicídio (WASELFISZ, 2014, p. 36).

Segundo Adorno (2002), os índices de violência e criminalidade no Brasil, especialmente nas grandes cidades, tendem a ser superiores inclusive às taxas de algumas metrópoles norte-americanas, consideradas muito violentas (2002, p. 89). Metrópoles estas que apresentam taxas de criminalidade mais altas que outras nações desenvolvidas e índices alarmantes de homicídios e encarceramentos. Se compararmos alguns números, podemos observar que Washington, capital dos Estados Unidos da América, apresenta uma taxa de homicídios por armas de fogo de 19 a cada 100 mil habitantes, sendo considerado um número muito elevado. Entretanto, o Estado do Rio de Janeiro já alcança a marca de 25 homicídios por arma de fogo a cada 100 mil habitantes⁸.

Todavia, não é possível analisar o caso brasileiro generalizando todas as regiões, pois as diferenças entre estas são tão grandiosas que não permitem aplicar

⁸ Dados extraídos do *site*: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/vasto-mundo>, acesso em: 01/04/2015. Estes estão baseados, segundo o *site*, no estudo intitulado “A violência armada em cidades norte-americanas em comparação com aquela dos países mais violentos do mundo”, cujo autor é o pesquisador em desenvolvimento urbano Richard Florida, da Universidade de Toronto (Canadá). Tal estudo foi publicado no ano de 2010.

teorias e explicações simplificadoras que as iguale.

São tantas as especificidades do fenômeno estudado que é preciso compreender as suas definições e as suas mais variadas tipologias, visando ao conhecimento mais ampliado da questão e a uma reflexão mais aprofundada desta. No próximo tópico, serão abordados os conceitos e os tipos de violência, visíveis e invisíveis, que perpassam as relações sociais e humanas.

1.3

Conceitos e tipos de violência

Inúmeros são os conceitos e as definições atribuídos ao fenômeno da violência, haja vista que este se apresenta por meio de diferentes facetas e expressões nas mais diversas culturas e sociedades, seja de modo explícito e visível, como guerras, conflitos e agressões corporais, por exemplo, seja de maneira implícita e/ou invisível, com a imposição de códigos e regras que não permitem a autonomia e a emancipação dos sujeitos, como preconceito, discriminação e sexismo, entre outros.

Com o avanço da tecnologia, dissemina-se com rapidez a ocorrência desses eventos violentos visíveis por todo o mundo, como as guerras entre os países, os conflitos de cunho religioso, as mortes em ataques terroristas, dentre outras formas que constantemente nos chocam nos noticiários e em outros veículos de comunicação. Mas também nos chama a atenção aquelas formas invisíveis da violência, que acontecem sutilmente, ou até mesmo aquelas que ocorrem nos locais onde não se espera, como lares, escolas, hospitais etc.

Como apontamos, a violência não se constitui como um fenômeno natural, mas sim determinado pelo contexto e pelas relações humanas em uma sociedade, de acordo com cada momento histórico. Porém, não se pode negligenciar o papel da subjetividade no fenômeno em tela. Portanto, acredita-se que a violência seja resultado da relação entre elementos contextuais e individuais, ou seja, como uma “interação de fatores individuais, de relacionamentos, sociais, culturais e ambientais” (OMS, 2002, p.12).

Segundo Minayo (1994), “trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade” (p. 7). Para a autora, existe uma interação da interioridade *versus*

exterioridade, significando que o contexto objetivo relaciona-se às condições subjetivas, isto é, aquelas oriundas do espaço íntimo do indivíduo.

Devemos ter o cuidado de analisarmos criticamente o conceito da violência, pois podemos cair na armadilha de unirmos os mais variados fatos em um único contexto. Para Misse (2006, p. 19), “uma só palavra para situações tão diversas, por um lado, simplifica o problema e, por outro, facilita um certo tipo de uso inteiramente reificado”. Isto é, estaríamos colocando fatores de várias origens em uma conceituação mais geral que poderia levar a respostas simplificadoras, o que não é aconselhável quando se trata de um fenômeno tão amplo e multifacetado como a violência.

De acordo com Marilena Chauí (1998), a palavra “violência” é oriunda do latim “*vis*”, que significa força. Para a filósofa, violência é tudo aquilo que usa de força para ir de encontro à natureza de alguém; é o abuso da força que vai contra a espontaneidade, a vontade, a liberdade e a autonomia do outro; é qualquer ação que viole a natureza do outro ou alguma coisa que a sociedade valorize; é toda atitude transgressora contra coisas e ações que alguém ou que uma sociedade declare como justas ou como direitos (p. 2).

Assim, podemos entender que, para a referida autora, trata-se de todo ato de brutalidade e abuso físico ou psíquico contra alguém ou contra uma sociedade como um todo, que se utilize também de instrumentos capazes de produzir intimidação e medo. Em seus escritos, a autora aponta que a violência opõe-se à ética, pois coloca os seres em posições de coisas, obstaculizando, ou mesmo impedindo, que suas habilidades, liberdades, escolhas e criatividade sejam aproveitadas. Como afirma Chauí, o sujeito ético é aquele que é consciente, racional e sabe o que faz. Portanto, quando se impede que estas habilidades sejam expressas, pratica-se um ato de violência nos mais variados sentidos e com variados reflexos possíveis.

Ao tentarmos subdividir a discussão deste fenômeno, encontramos uma contribuição importante nos escritos de Minayo (1994), que aponta três grandes blocos para a compreensão da violência em sua complexidade. De acordo com a autora, a violência pode ser dividida em: estrutural, de resistência e de delinquência.

A primeira, estrutural, é considerada como sendo aquela forma de violência que define um marco do comportamento, e se aplica para diversas

estruturas organizadas e institucionalizadas, como a família, a sociedade, os sistemas econômicos, culturais e políticos que oprimem grupos, classes, nações e indivíduos. Essas estruturas influenciam, senão impõem, práticas de socialização, levando os sujeitos a aceitarem de forma “naturalizada” o papel que lhes corresponda.

O segundo grupo utilizado por Minayo corresponde ao da violência de resistência, definida como aquela que funciona como forma de resposta dos grupos, classes, nações e indivíduos oprimidos pela violência estrutural. Esta categoria de pensamento e ação, diferentemente da violência estrutural, geralmente não é “naturalizada”. Ao contrário, é objeto de contestação e repressão por parte dos detentores do poder político, econômico e/ou cultural, que se veem questionados pelos então oprimidos. Esta forma muitas vezes é contestada, pois se responde à violência com violência.

A última tipologia de violência circunscrita no conceito utilizado por Minayo é a violência da delinquência, que a autora entende como aquela que se revela nas ações fora das leis que são reconhecidas socialmente. Contudo, a autora enfatiza que esta tipologia precisa ser analisada em conjunto com a tipologia da violência estrutural, compreendendo que estas estão imbricadas, pois a violência estrutural não só confronta os indivíduos uns aos outros, mas também os corrompe e os impulsiona ao delito. Ela, assim, aponta:

A desigualdade, a alienação do trabalho e das relações, o menosprezo de valores e normas em função do lucro, o consumismo, o culto à força e o machismo são alguns dos fatores que contribuem para a expansão da delinquência. Portanto, sadismos, sequestros, guerras entre quadrilhas, delitos sob a ação do álcool e de drogas, roubos e furtos devem ser compreendidos dentro do marco referencial da violência estrutural, dentro de especificidades históricas (MINAYO, 1994, p. 8).

Considerando o conceito de violência estrutural trazido por Minayo – como sendo aquela que compreende os comportamentos, os símbolos e códigos que são impostos, porém utilizados de forma “naturalizada” por toda a sociedade, seja no âmbito familiar, na igreja, na escola e em tantos outros locais fazendo com que os indivíduos aceitem o papel que lhes foi “destinado” –, percebo que tal conceito guarda relação com outro, o de violência simbólica, de Pierre Bourdieu.

Segundo Miriam Preuss (1995), Bourdieu define a violência simbólica como sendo aquela que se apresenta de forma sutil. É a violência que se impõe

sobre um agente com a sua cumplicidade. Porém, essa cumplicidade não acontece por meio de uma intimidação, mas sim pela naturalização oriunda da força do *habitus*⁹. Segundo esta autora, Bourdieu aponta que os agentes submetidos à violência simbólica contribuem para seu exercício e sua continuidade, permitindo que permaneça não sendo percebida como uma forma de violência e de dominação.

Pierre Bourdieu aponta que a violência simbólica é aquela

violência doce, invisível, ignorada como tal, escolhida ao mesmo tempo que vivida, a da confiança, da obrigação, da fidelidade pessoal, da hospitalidade, da doação, da dívida, do reconhecimento, da piedade, em uma palavra, de todas as virtudes que honram a moral da honra, esta violência se impõe como modo de dominação mais econômico porque mais de acordo com a economia do sistema (1980, p. 219 *apud* PREUSS, 1995).

Outro conceito muito utilizado em estudos e pesquisas é o formulado pela Organização Mundial de Saúde, assim como as subdivisões elaboradas por este organismo para a compreensão do fenômeno em tela, tendo em vista sua complexidade e suas múltiplas expressões. Tal conceito e suas subdivisões foram expostos no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, elaborado no ano de 2002, no Congresso de Genebra.

A tipologia da violência presente em tal relatório visa a caracterizar os diferentes tipos de violência e o possível vínculo existente entre eles. O fenômeno então é dividido em três grandes categorias da seguinte maneira: violência autoinfligida (ou dirigida a si mesmo); violência interpessoal; e violência coletiva.

A violência autoinfligida é compreendida como aquela dirigida a si mesmo, e pode ser dividida, segundo o relatório (2002), em comportamento suicida ou autoabuso, sendo que o primeiro se refere aos pensamentos e à própria atitude suicida e o segundo inclui atos como a automutilação.

Já a violência interpessoal é aquela realizada por outra pessoa ou por um

⁹ “Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios de geração e estruturação e de representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser, de forma alguma, o produto da obediência às regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, sendo tudo isso, coletivamente orquestrado sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (1972, p. 175 *apud* PREUSS, 1995, p. 63). Para Preuss (1995), o *habitus* é um sistema de disposições tanto orgânicas como mentais que organizam as práticas dos agentes. É um esquema gerador de outros esquemas que governam a apreensão da realidade enquanto conhecimento (p. 63).

grupo pequeno de pessoas. Ela pode ser subdividida em: violência da família e de parceiro íntimo, ou seja, aquela que acontece entre membros de uma mesma família ou com parceiros íntimos e que, geralmente, ocorre em âmbito doméstico; e também violência comunitária, isto é, aquela que pode ocorrer entre pessoas sem vínculos parentais, consanguíneos ou não, que podem ser conhecidos ou não, mas, geralmente, ocorre fora da residência.

Por fim, a violência coletiva é aquela perpetrada por grupos maiores como Estados, grupos políticos organizados, grupos de milícia e grupos terroristas. Pode ser subdividida em violência social, violência política e violência econômica.

Segundo o relatório da OMS, diferentemente das demais tipologias, as subcategorias da violência coletiva, social, política e econômica sugerem a existência de motivos para a ocorrência da violência, tais como atos religiosos, crimes de ódio, ataques que objetivam barrar atividades econômicas, dentre outras razões.

O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde ainda divide as possíveis naturezas dos atos violentos que podem ocorrer em cada uma das grandes categorias anteriormente citadas. A violência pode ser então de natureza física, sexual, psicológica, de privação ou negligência.

Entende-se como violência física todo ato que utiliza força com o objetivo de ferir, podendo deixar marcas e inclusive levar à morte. A violência sexual é aquela cujo agressor abusa do poder que detém sobre a vítima para obter benefício sexual, sem o consentimento desta¹⁰. A violência psicológica é entendida como aquela que se utiliza de agressões emocionais que não deixam marcas visíveis, mas podem deixar consequências por toda a vida. É caracterizada por rejeição, humilhação, desrespeito, entre outras formas. Já a violência de privação ou negligência é oriunda da omissão do responsável por criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência e em função de não proporcionar as necessidades básicas para desenvolvimento e sobrevivência destes¹¹.

Essa divisão facilita a compreensão do fenômeno, mas é preciso ressaltar que tais formas podem ocorrer conjuntamente, podendo provocar danos temporários ou até mesmo permanentes para a vida dos sujeitos.

¹⁰ Quando se trata de menores de quatorze anos, mesmo que haja consentimento, é considerada violência sexual, tal como descrito no Código Penal, Artigo 217.

¹¹ Definições extraídas do *site*:

http://www.observatoriodainfancia.com.br/rubrique.php3?id_rubrique=26, acesso em: 10/12/2014.

Outras formas de violência são analisadas em ampla gama de estudos e pesquisas; uma delas, que muito interessa ao presente estudo, é o conceito de violência urbana, que será abordado no próximo capítulo, mais especificamente com relação à realidade das favelas na contemporaneidade, principalmente no Estado do Rio de Janeiro e suas diferentes regiões.

De qualquer maneira e sem prejuízo do que será exposto no tópico seguinte, utilizando-se dos conceitos já definidos, pode-se afirmar que a violência urbana, aquela que acontece nos espaços coletivos de vida em sociedade como as ruas e praças, por exemplo, pode abranger diversas naturezas e perpassar pelo menos duas tipologias, como a interpessoal e a coletiva, de acordo com as definições do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (2002).

A questão da Violência Urbana

A partir do conhecimento adquirido ao longo da construção deste estudo, iniciamos o segundo capítulo abordando a noção de violência urbana. Mesmo tendo encontrado poucas definições disponíveis em estudos e pesquisas acadêmicas, percebemos um aumento da utilização deste termo, bem presente em nossos cotidianos, seja por meio de jornais, artigos, notícias de rádio ou televisão.

Apesar de relativamente pouco conceituada, a violência urbana frequentemente ganha presença em nosso dia a dia, e também numerosas características. É associada aos fenômenos violentos que vêm acontecendo na rotina das grandes cidades e metrópoles, tais como roubos, assaltos, crimes, sequestros, tráfico de drogas e outras tantas expressões que ocorrem nos espaços urbanos comuns de uma sociedade, como ruas, avenidas, praças e bairros.

Com relação à expressão “violência urbana”, destaca-se uma afirmação de Luiz A. Machado da Silva que diz:

A violência urbana é o centro de uma gramática que produz uma compreensão prático-moral de boa parte da vida cotidiana nas grandes cidades. Ninguém precisa definir a expressão, porque ela é a referência que confere sentido às atividades e ao debate coletivo. Nesse sentido, a violência urbana articula um complexo de práticas que constituem boa parte do conflito social nas cidades brasileiras (2010, p. 286).

Em um simpósio¹² sobre tal temática, que resultou em um livro chamado “Reflexões sobre a Violência Urbana. (In) Segurança e (Des) Esperança”, a médica e deputada federal Jandira Feghali, uma das organizadoras, destaca logo no início que, nas últimas décadas, a violência urbana e suas consequências vêm-se agravando, crescendo em escala e complexidade, o que impede o direito de ir e vir dos sujeitos, mas principalmente compromete o direito à vida de todas as pessoas.

Feghali (2006) chega a mencionar que estamos vivendo no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, uma situação-limite. Aponta ainda que isso se deve

¹² Seminário “Violência Urbana, Segurança Pública e Cidadania no Rio de Janeiro: Prevenção e Ação”, realizado em junho de 2003. Organizadores: Jandira Feghali, Candido Mendes e Julita Lemgruber. Este seminário resultou no livro “Reflexões sobre a violência urbana. (In) Segurança e (Des) Esperanças, publicado no ano de 2006”.

também a uma atuação da mídia que propicia uma “cultura do medo”, devido à enorme exposição diária de casos violentos, de forma que todos acreditam que estão inteiramente vulneráveis a este fenômeno em todos os locais.

Sobre o papel da mídia, Michel Misse (2006), neste mesmo simpósio, destaca que constantemente comparamos o atual cenário a um passado idealizado quando não havia tanta violência. Entretanto, segundo ele, isso é uma inverdade. Na realidade, trata-se de um apelo da mídia que alimenta o medo e o pânico entre as pessoas, com seus programas e noticiários cada vez mais violentos e chocantes.

Ainda sobre esta função midiática, Julita Lemgruber ressalta que, no ano 2000, o Estado do Rio de Janeiro apresentava índices de homicídios muito similares ao Estado de Washington, nos Estados Unidos, isto é, 43,5 contra 42,3 homicídios por 100 mil habitantes, respectivamente. Contudo, os cidadãos norte-americanos sentiam-se muito mais seguros neste Estado do que os fluminenses no Rio de Janeiro. Para a autora, vários fatores contribuem para este sentimento de insegurança, dentre os quais destaca também a força da mídia (2006, p. 62).

Contudo, apesar de reconhecermos a função do elemento midiático na difusão do sentimento de medo e insegurança que vivemos cotidianamente, é preciso reconhecer a existência de fatores reais que fazem com que a violência urbana seja uma problemática preocupante na atualidade.

Lemgruber (2006) acrescenta que a questão da criminalidade e da violência nos grandes centros urbanos é também resultado da forte relação entre armas e drogas que há três décadas se fortalece no Brasil. Segundo esta autora, o que vivenciamos hoje tem origem na falta de controle na entrada e na venda de armas e drogas no país, o que se iniciou na década de 1980. Machado (2010) corrobora com esta assertiva, ao afirmar que naquela década ocorreram profundas alterações nas atividades criminais devido à entrada da cocaína no varejo das drogas ilícitas.

Portanto, muitos são os elementos que contribuem para o aumento das diversas formas de violência, conforme apontado ao longo deste estudo, que tem como foco a violência urbana que vem atingindo grande parte da população em suas atividades rotineiras, mais especificamente os jovens neste contexto. No próximo tópico, serão abordadas as questões relacionadas à violência urbana e às suas características no Estado Rio de Janeiro, além das estratégias de Segurança Pública adotadas neste território como forma de enfrentamento da referida

problemática.

2.1

A violência urbana no Estado do Rio de Janeiro e as diferentes estratégias de Segurança Pública adotadas

O Estado do Rio de Janeiro é marcado pelas suas belezas naturais que encantam moradores e turistas, mas, por outro lado, chama atenção pelos seus altos índices de violência. A insegurança pública hoje se mostra claramente entre todos os segmentos da sociedade, tanto nas classes mais ricas quanto nas mais pauperizadas. Os sinais de violência urbana ficam explicitados a cada momento, seja por uma situação vivida ou por uma notícia recebida. Os jornais e a TV estão cada vez mais recheados de assaltos, mortes, sequestros e arrastões, enclausurando as pessoas em suas casas, limitando o direito de ir e vir.

Todavia, esta situação não é recente. No que se refere às estatísticas, nos anos 1980 e 1990, o Estado do Rio de Janeiro chegou a apresentar números alarmantes das situações de violência, registrando uma máxima de 80 homicídios a cada 100 mil habitantes (CANO, 2012). Como citado no tópico anterior, verifica-se também neste período o ingresso de drogas, como a cocaína, em território brasileiro, e a partir disto a emergência do chamado “crime organizado”, relacionado ao narcotráfico, que passa a controlar o território das favelas visando a processar e comercializar as drogas, lançando mão, para tanto, do uso de armamentos pesados no interior de tais áreas (CANO, 2012).

Machado confirma este panorama, acrescentando: “A expansão da *violência urbana* parece estar umbilicalmente ligada à economia internacional da droga, em particular da cocaína, que se acrescentou à secular cadeia produtiva, muito mais modesta, da maconha” (2010, p. 284).

Este autor aponta ainda que a histórica segregação, à qual estavam submetidas as favelas e demais periferias, favoreceu a implantação deste comércio em seus territórios, o que possibilitou o fortalecimento da imagem desses locais como perigosos (2010, p. 285).

Sobre esta questão, Rafael Gonçalves (2006) contribui:

A explosão do tráfico de drogas, a partir de meados da década de 80, aumentou a

sensação de territorialização destes espaços (favelas). Os narcotraficantes ocuparam as favelas e se tornaram a referência interna de poder, impondo a lei do silêncio e do medo, influenciando diretamente ou indiretamente as diferentes relações sociais internas e rompendo toda e qualquer possibilidade de se federar os interesses dos favelados. As favelas estão divididas em territórios controlados pelos diferentes comandos e muitas associações de moradores se tornaram reféns do tráfico, tornando-se não mais interlocutores da população com o Estado, mas sim deste com o narcotráfico (p. 18).

É necessário reconhecer, conforme salienta Machado (2010), que grande parte das ações relacionadas ao comércio das drogas tem suas bases nas favelas e periferias. Contudo, é fundamental distinguir estas atividades dos valores individuais dos moradores destas regiões, que, na maior parte das vezes, não possuem nenhuma ligação com estas atividades.

Com o objetivo de controlar este comércio de drogas, incursões policiais nas favelas foram sendo realizadas com frequência, o que muitas vezes resultou em mortes de policiais e inúmeros moradores, envolvidos ou não com as atividades do tráfico de drogas. Conforme destaca Lemgruber (2006), no ano de 2002, a Polícia do Estado do Rio de Janeiro matou cerca de novecentas pessoas, enquanto que 170 policiais também foram mortos neste mesmo ano.

Estas operações bélicas e militarizadas por parte da Polícia, entretanto, são apontadas como incapazes de apresentarem grau satisfatório no combate ao crime organizado e na desarticulação das estruturas estabelecidas em tais localidades (CANO, 2012). Para que seja compreendida a situação à qual aqui se refere, é importante contextualizar que

(...) no estado do Rio de Janeiro, em 2003, 1.195 pessoas foram mortas pelas polícias – mais de 65% das quais, com sinais inequívocos de execução. Em 2004, as vítimas fatais foram 984. Em 2005, o número subiu para 1.087. Em 2006, apenas no primeiro semestre, 520 civis morreram, em ações policiais. Note-se que a quase totalidade das vítimas eram jovens negros e pobres, moradores das favelas e periferias (...) (SOARES E GUINDANI, 2007, p. 8).

No que tange às políticas de Segurança Pública e controle da criminalidade e violência, verifica-se que, historicamente, o governo fluminense não costuma realizar planejamentos voltados para médio e longo prazos, mas apenas para o gerenciamento de crises imediatas que se manifestam na sociedade (SAPORI, 2011).

Na suposta tentativa de controlar os índices de violência, o Governo do

Estado do Rio de Janeiro experimentou diversos modelos de policiamento, quase sempre aplicados ao contexto das favelas, tais como o Policiamento Comunitário, no Morro da Providência e em Copacabana, e o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), instalado inicialmente, no ano 2000, no Morro Pavão-Pavãozinho (CANO, 2012). Contudo, segundo Ignacio Cano (2012), estes projetos não receberam investimentos suficientes para alcançarem um resultado significativo.

Após estas variadas experiências, em 19 de dezembro de 2008 foi lançada e instalada pelo Governo do Estado a primeira Unidade de Polícia Pacificadora, conhecida popularmente como UPP, no Morro Dona Marta, localizado no Bairro de Botafogo, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro¹³. As UPPs receberam amplo apoio por parte da sociedade em geral, do empresariado e da mídia, possibilitando assim que esta estratégia adquirisse grande visibilidade.

Nessa primeira experiência, ocorrida no Morro Dona Marta, os policiais permaneceram dentro da favela, com o objetivo de retomar o controle do território antes dominado pelo tráfico e evitar os confrontos armados. O contingente policial era formado por policiais recém-formados, inspirados pela doutrina da polícia comunitária ou de proximidade (CANO, 2012). Segundo Andrada (2013, p. 28):

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) fazem parte de uma política pública que prioriza as incursões duradouras nas áreas conflagradas, principalmente favelas, em detrimento de uma política de incursão temporária da polícia, comum no histórico da Segurança Pública do Estado.

Para Misse (2011), as UPPs surgem com a promessa de cumprir uma reivindicação dos moradores das favelas e demais áreas periféricas, qual seja: a de funcionar como uma polícia confiável, capaz de promover a segurança dos moradores destes locais ao invés de ameaçá-los. As UPPs são, segundo o discurso oficial do governo, “pautadas pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade”¹⁴.

Desde sua inauguração, em 2008, 38 UPPs encontram-se implantadas, abrangendo 1,5 milhão de habitantes dos 264 territórios ocupados pelo Estado.

¹³ Informação extraída do Portal UPP. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/historico>, acesso em: 17/04/2014.

¹⁴ Informação extraída do Portal UPP. Disponível em: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp, acesso em: 17/04/2014.

Segundo o sítio eletrônico criado pelo Governo do Estado, atualmente as UPPs contam com um contingente de 9.543 policiais militares¹⁵.

A grande maioria das UPPs, ou seja, 37 unidades, se encontram localizadas na capital do Estado, sendo oito UPPs na Zona Sul, 23 na Zona Norte, duas na Zona Oeste e três no Centro da cidade. Apenas uma unidade pode ser identificada na Baixada Fluminense, na Favela da Mangueirinha, localizada na cidade de Duque de Caxias, cuja instalação deu-se em 07 de fevereiro de 2014¹⁶.

Faz-se necessário compreender que, mesmo com a crescente afirmação e defesa dos direitos fundamentais do indivíduo, consagrados pelo Artigo 5º da Constituição de 1988, os moradores das favelas conviveram historicamente com a ausência do direito civil mais elementar, o direito à integridade física e o direito à vida (BURGOS *et al.*, 2012). Para tanto, as Unidades de Polícia Pacificadora parecem objetivar desconstruir esta ausência, sendo, em sua origem, uma estratégia voltada para estabelecer uma relação de parceria entre a população e as instituições de Segurança Pública.

As Unidades de Polícia Pacificadora, no âmbito da atual política de Segurança Pública adotada pelo Estado do Rio de Janeiro, vêm recebendo grande apoio por parte da iniciativa privada, do setor empresarial e da mídia. Este apoio pode ser relacionado ao fato de a cidade do Rio de Janeiro ter sido escolhida para receber diversos “megaeventos”, como os jogos da Copa do Mundo de Futebol, ocorridos no ano de 2014, e as Olimpíadas, que acontecerão no ano de 2016.

Muitos autores relacionam a localização das UPPs ao chamado “cinturão olímpico” (BURGOS *et al.*, 2012), ou seja, acredita-se que foram implantadas Unidades de Polícia Pacificadora nas favelas cujas áreas são fundamentais para a logística do grandes eventos supracitados, concentrando assim a maioria das unidades na capital do Estado.

O atual receio da população do Rio de Janeiro é a incerteza da perpetuação desta estratégia, ou melhor dizendo, a transformação desta estratégia em uma real política de Segurança Pública. O que muitos temem é que, com o passar destes megaeventos programados, o arrocho policial às áreas pacificadas diminua,

¹⁵ Informação extraída do Portal UPP. Disponível em: <http://www.upprj.com/>, acesso em: 25/02/2015. Esta informação refere-se ao mês de março de 2015.

¹⁶ Informação extraída do Portal UPP. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/historico>, acesso em: 25/02/2015.

fazendo com que a atual estratégia seja enfraquecida. Já é possível verificar na atualidade inúmeros ataques a algumas unidades consideradas consolidadas, bem como o retorno de conflitos armados, os chamados tiroteios, em territórios considerados já “pacificados”.

Outra questão relevante coloca-se quando moradores da Baixada Fluminense, da Região Serrana, da Região Metropolitana, entre outras áreas do Estado, passam a perceber uma majoração das situações de violência urbana nos seus cotidianos, aumentando assim o sentimento de medo e insegurança nesses locais. Sentimentos estes até então pouco vivenciados em muitos destes lugares, como no município de Niterói, por exemplo.

Muitos moradores destas regiões passaram a associar este aumento da violência a uma espécie de “realocação” ou “migração” dos crimes da capital fluminense para as áreas citadas. É como se a ostensiva ação policial no centro do estado refletisse na fuga de criminosos para demais áreas do território estadual, onde a estratégia das UPPs ainda não foi implementada.

O objetivo deste estudo não é precisar tal situação, mas, para compreendermos como se dá a vivência da juventude em uma favela da cidade de Niterói, abordaremos no próximo tópico algumas especificidades deste município integrante da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e seus atuais índices de violência.

2.2

Índices de violência e especificidades do município de Niterói

A cidade de Niterói, também conhecida como “cidade sorriso”, integrante da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, historicamente foi utilizada por muitos como uma estratégia para “fugir” da violência da capital sem se distanciar desta. Localizando-se a 13 km do Rio de Janeiro, muitas pessoas escolhiam viver em Niterói, sobretudo em razão de uma suposta qualidade de vida e maior segurança.

Esta cidade foi capital do antigo Estado do Rio de Janeiro até o ano de 1975, quando ocorreu a junção entre os Estados do Rio de Janeiro e da

Guanabara¹⁷. Atualmente com cerca de 488 mil habitantes, este município apresenta o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado do Rio de Janeiro, assumindo a terceira posição no país em relação a este mesmo índice, além de ser o 45º município mais rico do Brasil, e ter o 5º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas no ano de 2011 classifica Niterói como a cidade com a população mais rica do país, pois 30% desta se encontram inseridos na classe A¹⁸.

Mesmo com todos estes índices favoráveis, nos últimos anos, muito tem sido comentado sobre o aumento das taxas de violência e criminalidade em Niterói. Há uma tendência a relacionar este crescimento a vários fatores, mas principalmente à instalação das UPPs na cidade do Rio de Janeiro. Está presente a ideia, nos noticiários e entre os próprios moradores, de que houve uma “realocação” das situações de violência do centro para as zonas periféricas do Estado, incluindo a Região Metropolitana.

Diversas são as reportagens veiculadas pela mídia tradicional e pela Internet afirmando que, com a concentração da instalação das UPPs na cidade do Rio de Janeiro, houve uma migração do crime e de situações mais violentas para as áreas periféricas do Estado¹⁹. Pode-se considerar que, se constatada esta migração, as áreas ainda não contempladas com o processo de “pacificação” convivam com um efeito colateral deste processo, ou seja, um aumento dos índices da violência em seus territórios.

Não se pode deixar de refletir sobre os fatos de que a maior parte das denúncias sobre a possível “realocação” da criminalidade após a ocupação das favelas da cidade do Rio de Janeiro pelas UPPs, bem como a atuação de grupos milicianos nas periferias da cidade têm aparecido inicialmente na imprensa, ainda não contando com grande desenvolvimento no âmbito acadêmico (Barreira, 2013).

Assim sendo, com o objetivo de analisar a atual configuração do município estudado, serão levantados alguns indicadores oficiais da violência relacionados à

¹⁷ Informação disponível no sítio http://www.niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp. Acesso em: 25/02/2015.

¹⁸ Informação disponível no sítio: <http://oglobo.globo.com/economia/niteroi-lidera-lista-da-riqueza-segundo-fgv-2757154>. Acesso em: 25/02/2015.

¹⁹ Reportagens extraídas dos *sites*: <http://atualidadesdodireito.com.br/lfg/2011/02/16/migracao-do-crime-para-niteroi/>, acesso em: 21/02/2014; e <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,upps-fazem-trafico-migrar-do-rio-para-a-baixada-fluminense,1038312,0.htm>, acesso em: 11/02/2014.

cidade de Niterói, para, desta forma, podermos compreender como o fenômeno da violência urbana se apresenta em tal território. Contudo, é importante salientar que não se pretende estabelecer uma relação causal entre as possíveis alterações nos índices de violência no referido município e a instalação das UPPs em outras regiões do Estado.

A título de ilustração e visando a funcionar como instrumento de reflexão sobre os índices de violência urbana no município do Niterói, serão utilizados os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro, disponíveis em seu sítio eletrônico por meio da consulta por Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP)²⁰. Ao todo, no Estado, são 41 AISPs, sendo a 12ª a AISP Grande Niterói, englobando as seguintes áreas do município: Centro, Icaraí, Fonseca, Jurujuba e Itaipu.

Visando a analisar os números disponibilizados, foram utilizados os dados relativos somente aos meses de dezembro dos últimos sete anos, ou seja, de 2008 a 2014²¹. Foram especialmente abordados os índices relativos a: (a) vítimas de crimes violentos, mais especificamente os homicídios dolosos, a tentativa de homicídio, a lesão corporal dolosa e o estupro; (b) registros de crime contra o patrimônio, principalmente os casos de roubo a estabelecimento comercial, roubo de veículo, roubo a transeunte e roubo em coletivo; e (c) registros de ocorrência.

Com relação aos números dos homicídios dolosos, entre 2008 e 2010 houve pouca variação nesta área, alterando de dezesseis para quatorze homicídios registrados. Em 2011 e 2012, este índice sofre uma queda, sendo registrados nove e seis casos, respectivamente. Contudo, em 2013, verifica-se um aumento significativo nos registros oficiais, chegando à marca dos dezoito homicídios dolosos registrados na 12ª AISP. Em 2014, este índice caiu para dez casos na área citada.

É importante salientar que estes são apenas os dados dos homicídios que foram registrados. Inúmeros outros podem ter ocorrido, contudo, sem o registro destas ocorrências, estes casos não são transformados em índices oficiais.

Os números relacionados à tentativa de homicídio se apresentaram instáveis até 2013, sendo registrados dezesseis casos em 2008; oito casos em 2009; dezessete em 2010; dez casos no ano de 2011; dezenove casos em 2012; e

²⁰ Informações extraídas do *site*: <http://www.isp.rj.gov.br/>. Último acesso em: 20/02/2015.

²¹ Estes dados estão expostos no Anexo 6 desta dissertação em formato de tabela.

onze casos em 2013. No ano de 2014, as tentativas de homicídio registradas na 12ª AISP chegaram a 28 casos, ou seja, mais que o dobro do ano anterior.

Os crimes de lesão corporal dolosa se mantiveram no mesmo nível entre os anos de 2008 e 2011, variando de 263 a 298 casos registrados na 12ª AISP. Porém, no ano de 2012, este número sofreu um aumento, passando para 351 registros. No ano seguinte, houve um declínio, sendo registradas 265 lesões corporais dolosas, e em 2014 este número chegou a 282 registros.

Sobre os casos de estupro, verifica-se um aumento gradativo, passando de dois casos registrados em 2008, doze, nove e onze em 2009, 2010 e 2011, respectivamente, chegando a alcançar nos anos de 2012, 2013 e 2014 as impressionantes marcas de 24, vinte e 25 registros, respectivamente.

Nas situações verificadas de crimes contra o patrimônio, há os seguintes números registrados na 12ª AISP, de acordo com os dados do ISP: dos anos de 2008 a 2012, os números de roubos a estabelecimentos comercial oscilaram entre vinte e 29 casos, porém, nos anos de 2013 e 2014, este número apresentou um crescimento acentuado, chegando aos registros de 45 e 39 casos, respectivamente.

A mesma situação ocorreu com os números de roubos a veículos. Entre 2008 e 2012, foram registrados entre 79 e 89. Já nos últimos anos, o número de casos aumentou consideravelmente, atingindo a marca de 138 casos em 2013 e 145, em dezembro de 2014.

Em relação aos roubos a transeuntes registrados na 12ª AISP, verificou-se uma queda no ano de 2009, com 201 casos registrados. Nos demais anos até 2013, o nível permaneceu estável, sendo registrados no mínimo 242 e no máximo 278 casos. Já em 2014, percebe-se uma elevação nos registros destes casos, alcançando um total de 313 roubos a transeuntes em tal área.

Em 2008, há o maior número de registros de roubos em coletivos, atingindo o número de 43 casos. Nos anos subsequentes, os números ficaram na faixa de 23 a 31 casos.

A partir do conhecimento sobre estes dados, cresce no imaginário social a ideia de que o arrocho policial na capital do Estado permitiu que outras áreas deste se tornassem mais vulnerabilizadas e assim, mais expostas ao aumento da criminalidade, dos roubos e outras expressões da violência urbana.

Sobre os registros de ocorrência na 12ª AISP, o maior número foi registrado em 2014, chegando a 3192 registros. Nos anos de 2011 e 2013, o

número de registros de ocorrência também foi alto: 3001 e 2920 casos, respectivamente. Nos demais anos, os números não ultrapassaram o mínimo de 2697, em 2008, e o máximo de 2891 casos, em 2010.

A partir do levantamento de índices oficiais relacionados ao município de Niterói, verifica-se principalmente a predominância dos casos de crimes contra o patrimônio, mais precisamente os casos de roubos a veículos e estabelecimentos comerciais no período analisado. É preciso compreender que houve uma alteração nas dinâmicas e na configuração atual do mencionado município, que, em muitos casos, passou a conviver com números nunca vistos anteriormente.

Contudo, conforme já explicado, não é possível afirmar que tais fatos possuem relação causal direta com a instalação das UPPs na cidade do Rio de Janeiro.

Todavia, ao tratarmos a questão da violência urbana como um fato presente nos cotidianos dos moradores de tal município, reconhecendo que as favelas e áreas periféricas são as que mais concentram situações de violência, como visto ao longo deste estudo – seja pela histórica segregação destas áreas, seja pela concentração das atividades ligadas ao varejo e ao tráfico de drogas ilícitas –, é fundamental ouvirmos os sujeitos que convivem diariamente com tais questões, a fim de compreendermos quais são as estratégias adotadas por estes para o enfrentamento desta problemática.

Como citado também, é notório que os jovens, especialmente os negros oriundos de favelas e zonas periféricas, fazem parte do grupo mais atingido pelas consequências do fenômeno da violência, quer como vítima, quer como autor. A seguir, focalizaremos a juventude tomando como escopo de análise as percepções e vivências sobre a violência por parte dos jovens residentes em uma favela localizada no município de Niterói.

3

O jovem e a(s) juventude(s)

Quando se trata da juventude, muitos são os conceitos e as definições existentes, tanto no campo das Ciências, como no senso comum. De acordo com este último, acredita-se que a juventude seja uma fase em que prevaleça a rebeldia, as experiências sem limites, as mudanças, o descontentamento, mas também a criatividade, a esperança e a crença de que neste segmento possa estar o futuro da nação, ou até mesmo a salvação da pátria.

Nos dicionários²², pode-se observar que a juventude é definida como parte da vida humana que se encontra localizada entre a infância e a fase adulta, e é geralmente relacionada à energia, ao vigor e ao viço. Nos debates acadêmicos, há outras inúmeras definições, sendo que a primeira delimitação observada corresponde à faixa etária.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), é considerado jovem aquele cuja idade está entre quinze e 24 anos (*apud* SOARES, 2010, p. 23). Recentemente, no Brasil, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 65, no ano de 2010, conhecida como a PEC da Juventude, o termo “jovem” passou a ser incorporado ao texto vigente, compreendendo aqueles brasileiros com idade entre quinze e 29 anos completos (BRASÍLIA, 2013).

Autores como Miriam Abramovay (2006) e Regina Novaes (2004), que desenvolveram estudos sobre este grupo, frequentemente têm indicado a dificuldade em delimitá-lo e ter, assim, uma definição consensual sobre os jovens, já que acreditam que a juventude seja influenciada pelos diferentes contextos histórico-político-sociais nos quais se encontra inserida. Ou seja, trata-se de uma categoria socialmente construída e, por isso, sofre constantes transformações. Com isso, definições simplificadoras não comportam um grupo social tão complexo e diversificado.

A cada transformação na realidade social, seja da rural para a urbana, da produção agrária para a industrial, entre outras modificações, novas dimensões e ideias sobre a juventude são adotadas. Estas mudanças trazem a possibilidade de

²² Informações extraídas dos sites: <http://www.dicionariodoaurelio.com/juventude> e <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues> acesso em 15/07/2015.

entender este segmento de modo heterogêneo, considerando, desta forma, que há “juventudes”, pois não existe uma definição que considere todas as dimensões existentes.

De acordo com Abramovay e Castro (UNESCO, 2006, p. 10):

É preciso compreender que há diferentes formas de considerar os jovens, assim como há diferentes maneiras de eles se afirmarem como sujeitos, considerando, historicamente, a dependência à organização social e às instituições vigentes, como, por exemplo, a escola, a família, o Estado e a mídia.

Atualmente, é possível perceber uma tendência ao prolongamento da juventude e consequente à demora no ingresso na vida adulta. Tal situação pode estar relacionada à ampliação da escolarização, à postergação da entrada no mercado de trabalho, ao adiamento na formação de uma nova família e à permanência na casa dos pais. Os aludidos fenômenos são vivenciados de diferentes maneiras, e podem variar, por exemplo, conforme o gênero, a etnia, a origem social, e são fortemente relacionados às mudanças sociais no âmbito do trabalho, da escolarização, das práticas culturais e dos estilos de vida dos jovens.

Desta forma, o presente estudo entende a juventude em sua heterogeneidade, no sentido de que corresponde a uma fase do ciclo da vida de transição para o mundo adulto, porém inserida e determinada pela estrutura socioeconômica e cultural. Além disso, é também um período de elaboração de formas e expressões de sociabilidade, de construção de identidades e definições para o futuro. Por isso, corresponde a um momento de divergências e ambivalências (SOARES, RIZZINI E BUSH, 2010, p. 23 e 24).

Sobre este aspecto, Novaes afirma que

ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade, e ao mesmo tempo, grande expectativa de emancipação (...) Isto é, a juventude é vista como etapa de preparação, em que os indivíduos processam sua inserção, nas diversas dimensões da vida social, a saber: responsabilidade com família própria, inserção no mundo do trabalho, exercício pleno de direitos e deveres de cidadania (NOVAES, 2007, p. 7).

Quando se trata da juventude brasileira, é necessário analisar a questão a partir das desigualdades que condicionam as relações sociais existentes. É preciso compreender que, em sociedades como esta, nem todos os jovens podem viver uma fase de preparação para o mundo adulto, já que, por exemplo, são obrigados

a ingressar no mercado de trabalho e interromper os estudos antes do tempo previsto.

Por esta razão, cumpre ressaltar que a juventude é vivenciada de formas diferentes, sendo influenciada pela origem social, pela condição econômica, entre outros fatores (RIZZINI *et al.*, 2009). Como destaca Angela Paiva, em uma recente pesquisa que originou o livro “Juventude, cultura cívica e cidadania” (2013, p. 126), em países como o Brasil, marcados por profundas desigualdades sociais, as oportunidades variam conforme a classe social, a cor e o gênero dos indivíduos.

Com relação aos números referentes a este segmento populacional no Brasil, o IBGE apresenta os seguintes dados: em 1940, eram 8,2 milhões de jovens entre quinze e 24 anos de idade; 30 anos depois, no ano de 1970, estes jovens já somavam 18,5 milhões. Nos anos de 1991 e 1996, os censos populacionais enumeraram 28,6 e 31,1 milhões de pessoas de quinze a 24 anos de idade, respectivamente (IBGE, 1996). No último ano, 2014, compreendendo como jovem aquele cuja idade se encontra na faixa dos quinze aos 29 anos, havia no Brasil 51 milhões de jovens, o que corresponde a 26% da população total do país, segundo a Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal, em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (BRASÍLIA, 2013).

Estudos atuais revelam que esta parcela da população é a mais atingida pela pobreza, o que limita, senão obstaculiza, suas chances de bem-estar, e até mesmo de mobilidade social (RIZZINI, 2009; WAISELFISZ, 2013). Além da pobreza, outros elementos podem refletir na vivência plena da condição juvenil, como a baixa escolaridade, o desemprego, a mortalidade por causas externas, entre outros fatores que também são influenciados pela desigualdade de classe, gênero, etnia e por questões históricas, políticas e sociais.

Contudo, na atualidade, é praticamente unânime a compreensão de que o jovem é sujeito de direitos. Por meio do Estatuto da Juventude, instituído pela Lei Federal nº 12.852/13, garante-se legalmente a este grupo princípios como:

promoção da autonomia e emancipação dos jovens; valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País; reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e

singulares; promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem; respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude; promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação e valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações (Artigo 2º, Incisos I a VIII).

Desta forma, optamos no presente estudo por utilizar o conceito de “juventudes”, compreendendo que só desta maneira é possível perceber o quão complexas são as dimensões que perpassam este segmento populacional, principalmente em uma sociedade como a brasileira, explicitando assim a condição do jovem enquanto detentor de direitos, desejos e expectativas próprias.

A seguir, será abordada a questão do jovem enquanto sujeito que age, reflete e pode ser reconhecido como um agente de transformação da realidade. Neste sentido, destaca-se a importância de escutar este grupo que vivencia diariamente a condição de ser jovem no Brasil.

3.1

O jovem como sujeito de direitos

Entende-se que a população juvenil é uma das mais afetadas pelo fenômeno da pobreza, o que reduz as suas possibilidades de bem-estar e mobilidade social. Os jovens, principalmente os brasileiros oriundos das classes mais pobres, são atingidos por inúmeros problemas como a mortalidade por causas externas, a baixa eficácia das políticas de Segurança Pública, o desemprego, o subemprego e a evasão escolar (RIZZINI *et al.*, 2010). Mesmo observando uma queda significativa no número de jovens brasileiros desempregados na última década, passando de 22,6% em 2002 para 13,7% em 2012²³, ainda sim vemos uma parcela muito grande destes sendo atingidas pelo referido fenômeno.

Apesar desta constatação, é comum no país se associarem os jovens aos problemas sociais e à responsabilidade pelo aumento da violência, especialmente os jovens advindos das classes mais pauperizadas. Segundo Abramo (1997), a

²³ Informações extraídas do site: <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/05/desemprego-atinge-734-milhoes-de-jovens-no-mundo-diz-estudo-da-oit.html>, acesso em: 01/04/2015. Tais informações foram destacadas do Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), chamado “Tendência mundiais do emprego juvenil 2013 – Uma geração em perigo”.

associação do jovem aos problemas sociais é comum, e as políticas públicas voltadas para este segmento somente surgem quando este passa a representar uma ameaça para si ou para a sociedade.

Quando os jovens são citados em matérias de jornais e nos noticiários, os temas mais comuns são aqueles relacionados a violência, crime, exploração sexual, drogas ou medidas para dirimir ou combater tais problemas. Entretanto, de acordo com diversos estudos e autores, os jovens, mais que causadores da violência e de outras expressões da questão social, são as maiores vítimas destes fenômenos (RIZZINI, ZAMORA E KLEIN, 2008).

Contudo, o que se vê, muitas vezes, com relação a esta constatação, são ações estatais e de organizações não governamentais voltadas apenas para a ideia de profissionalização, e não em uma perspectiva emancipadora de promover novos espaços de sociabilidade, oportunidades e convívio entre os jovens. Como destaca Helena Abramo (1997, p. 26):

Em parte considerável desses programas, apesar das boas intenções neles contidos, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos, pelo seu “afastamento das ruas” ou pela ocupação de “suas mãos ociosas” (...). Pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrado na busca de enfrentamento dos “problemas sociais” que afetam a juventude, mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social.

Ainda mais grave: figura no cenário atual uma constante relação entre o jovem e a autoria de crimes, muito incentivada por um apelo midiático que recebe o apoio de uma grande parcela da população. Estes almejam reduzir a maioridade penal, de dezoito para dezesseis anos, acreditando que, desta forma, haverá a diminuição da violência no país.

Estruturada em uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de nº 171/93, esta ação objetiva que jovens com idade acima de dezesseis anos que cometem crimes possam ser condenados a cumprir pena numa prisão comum, quando hoje cumprem medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Esta é uma estratégia que fere o princípio de proteção integral previsto no ECA, e ainda infringe uma cláusula pétrea constante na Constituição Federal de 1988, ou seja, a inimputabilidade aos menores de dezoito anos, considerada um direito

individual (Art. 228). Ante esta realidade, cabe refletir sobre a conjuntura atual na qual as juventudes brasileiras encontram-se inseridas, e voltar a atenção para estes grupos especialmente vulnerabilizados, reconhecendo-os enquanto sujeitos de direitos e agentes de transformação social, e não como algozes da sociedade.

Como sinaliza Paiva (2013), com a universalização da educação básica ocorrida nas sociedades capitalistas após a Segunda Guerra Mundial, os jovens emergiram como novos atores sociais, levantando demandas para a esfera pública e passando a questionar e cobrar a promessa de igualdade para todos e a democratização do ensino superior, por exemplo. A juventude passou, então, a organizar movimentos sociais e protestos em várias partes do mundo com pautas diferenciadas, mas com uma demanda própria assumindo identidade e consciência de sua condição. Assim, tem-se que

este jovem sujeito cognoscente estava então em condições de produzir tais mudanças na sua maneira de se inserir no mundo no momento em que reivindicava maior participação e igualdade na esfera pública, além de liberdade na sua forma de ser (PAIVA, 2013, p. 27).

Segundo Durán (*apud* PAIVA, 2013), nas sociedades latino-americanas, as juventudes vêm mostrando cada vez mais participação sociopolítica. No Brasil, criou-se, no ano de 2005, o Conselho Nacional da Juventude (CONJUV), que funciona como um espaço público deliberativo visando ao desenvolvimento de políticas públicas para a juventude. Neste conselho, as cadeiras ocupadas no processo decisório são divididas entre atores do governo e da sociedade civil, em que as juventudes podem apresentar-se e se fazerem representar seus interesses e opiniões no mundo público.

Essas inovações são fundamentais para que se possam reconhecer os jovens como sujeitos e seres dotados de autonomia e criatividade, ampliando as oportunidades e permitindo, assim, que tenham possibilidade de fazer suas próprias escolhas, e não limitá-los à simplista “solução” de inserção no mercado de trabalho com o objetivo de “livrá-los” da entrada na criminalidade, ou caso isso aconteça, exterminá-los do convívio social como seres irrecuperáveis, haja vista a proposta de redução da maioria penal que está em tramitação.

Consideramos que a escuta aos jovens a respeito de suas percepções sobre a violência em seus cotidianos, assim como perspectivas, limites e diversas outras

questões relevantes para eles, seja um importante instrumento de análise dos contextos nos quais estão inseridos. É também um elemento fundante para a implementação de políticas e estratégias voltadas para as necessidades reais destes.

Cabe ressaltar a importância da sua participação nos espaços públicos, como previsto no Estatuto da Juventude, em seu Artigo 4º, que afirma que o jovem tem direito à participação social e política e também direito à formulação, à execução e à avaliação das políticas públicas voltadas à juventude, devendo assim ser incluído nos espaços decisórios com direito à voz e ao voto, como destacado no Inciso IV do referido artigo. Portanto,

quando falamos que a criança e o adolescente têm o direito de serem ouvidos, e que deve ser observada sua condição peculiar de sujeitos em desenvolvimento (...) importa saber que, quando falamos em “sujeitos” e em “ter direitos”, chamados a atenção para o compromisso articulado no paradigma que rege o ECA (FUZIWARA E FÁVERO, 2011, p. 41).

Compreendendo a importância do reconhecimento desta categoria como detentora de direitos, no próximo tópico discutiremos a relação entre os direitos garantidos a esta e a sua efetivação nas diversas esferas da sociedade.

3.2

Direitos garantidos *versus* Direitos efetivados

Na reflexão realizada até aqui, podemos compreender que a juventude, vista de forma heterogênea, e portanto considerada como “juventudes”, é uma fase fundamental para a formação do ser humano, de suas opiniões, seus afetos, suas formas de ser, pensar e agir. Por esta razão, merece destaque, entre os debates e estudos a serem difundidos e também na implementação de políticas públicas voltadas a este segmento, a importância de serem ouvidos, permitindo que as suas percepções e os demais aspectos subjetivos sejam evidenciados, mas reconhecendo que, por ser uma categoria socialmente construída, apresentam especificidades e necessidades de acordo com o contexto social na qual se encontram inseridos.

A partir desta compreensão, faz-se necessário reconhecer os jovens enquanto sujeitos de direitos e, por isso, as políticas sociais voltadas a este

segmento devem buscar conhecer suas realidades, questões, práticas e demandas, por eles próprios. Muito se avançou nas últimas décadas na legislação que garante direitos a crianças, adolescentes e jovens, mas ainda existem muitos obstáculos e desafios na efetivação destes direitos na vida cotidiana.

Segundo Rizzini e Kaufman (2008), com a Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança, realizada em 1989 e ratificada por 193 países²⁴, a comunidade internacional passou a reconhecer que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, independentemente de origem, nacionalidade ou local de residência. Inúmeros são os documentos que reiteram essa ideia, como, por exemplo, a Convenção Europeia de Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, de 1950, o Estatuto Europeu de Proteção Social, de 1961, a Convenção Americana de Direitos Humanos, de 1969, e a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança, de 1990.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 inaugurou uma perspectiva cidadã, garantindo direitos a todos os brasileiros. No que se refere à criança e ao adolescente, a Carta Magna estabeleceu em seu Artigo 227:

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Após esta conquista, no ano de 1990, mais um marco na história da cidadania brasileira é garantido, qual seja: o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069/90. Com esta lei, ficam assegurados os direitos deste segmento em uma perspectiva de proteção integral das crianças e dos adolescentes, compreendidos aqueles cuja idade máxima seja de até dezoito anos.

Em agosto do ano de 2013, foi sancionada a Lei nº 12.852, conhecida como o Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), e considera como jovem as pessoas com idade entre quinze e 29 anos.

²⁴ Informação contida no sítio eletrônico da UNICEF: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm. Acesso em: 01/11/2014.

Embora muito se tenha avançado na garantia legal dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, alguns obstáculos mostram-se presentes na realidade não só do Brasil, mas em âmbito mundial para a real efetivação destes. Como salienta Rizzini e Kaufman (2008), os direitos fundamentais das crianças, dos adolescentes e dos jovens são constantemente violados ao redor do mundo. As autoras destacam que

a discriminação em massa, a hostilidade e a injustiça contra determinados grupos existem ainda hoje e, em alguns lugares, a tendência é de que a situação seja agravada. A distância entre os privilegiados e os não-privilegiados não está diminuindo (...). O Brasil aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e tem feito um progresso bastante lento na melhoria das condições de vida das crianças (p. 17).

Um obstáculo observado para a efetivação dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens é que estes raramente são incluídos nos espaços de definição e negociação das leis. Sem a participação destes atores, a formulação de políticas, ações e estratégias podem não se aproximar da sua realidade, o que impossibilitaria sua verdadeira efetivação. Entende-se que a participação é um importante instrumento para o fortalecimento da democracia, e é por isso que os instrumentos previstos pelos direitos humanos ressaltam a participação da criança, do adolescente e do jovem no processo decisório, não só na vida pública, mas também na esfera privada.

Ainda conforme Rizzini e Kaufman (2008), as condições sociais também podem obstaculizar a implementação dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens, pois, muitas vezes, os governos assinam tratados e outros documentos que visam à defesa e à efetivação destes, mas, na realidade, continuam a existir diversos casos de violação dos direitos já garantidos legalmente.

Uma clara violação dos direitos de crianças, adolescentes e jovens se dá com relação à educação pública ofertada. Segundo Paiva (2013), mesmo aqueles jovens que optam por buscar uma qualificação acadêmica e profissional encontram condições desiguais de oportunidade, visto que o ensino público oferecido atualmente é precário e de baixa qualidade. Os jovens das escolas públicas em geral reconhecem as condições desiguais em que estão inseridos.

Assim, é necessário que reconheçamos que avanços aconteceram, e que muitos direitos destes segmentos estão legalmente assegurados atualmente, porém

é fundamental que a luta pela efetivação destes direitos permaneça e se fortaleça a fim de que estes não estejam garantidos somente no papel, mas na realidade das vidas de crianças, adolescentes e jovens.

3.3

Relação entre violência e juventude

Conforme discutido até aqui, muito se avançou no que diz respeito aos direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens no sentido de garantia legal e institucionalizada. Contudo, diariamente percebemos estes direitos sendo violados, principalmente em sociedades como a brasileira, nas quais se vivencia uma desigualdade aguda, com uma enorme concentração de renda que privilegia poucos e explora a maioria da população.

Segundo Rizzini, Zamora e Klein (2008), no país, os jovens vêm sendo com frequência responsabilizados pelo aumento da violência, principalmente aqueles oriundos das classes mais pauperizadas. Noticiários de TV, jornais e outros veículos diversas vezes apontam os jovens, em especial os negros e pobres, como “bandidos”, criminalizando este segmento, enquanto estudos apontam que estes, mais que responsáveis pela violência, são as maiores vítimas deste fenômeno. Como aponta Abramovay (2002):

É importante chamar a atenção para o fato de que não é possível estabelecer uma relação direta entre pobreza e desigualdades e a violência. Apesar disso, o fato de a violência não estar limitada a estratos sociais, econômicos, raciais ou geográficos, alguns levantamentos estatísticos demonstram que ela atinge com maior intensidade grupos específicos como, por exemplo, os jovens de sexo masculino (p. 4).

A relação estabelecida entre violência e juventude acompanha a trajetória da humanidade desde os mais antigos registros, sempre de acordo com as especificidades culturais e às possibilidades de cada momento histórico. Diversos tipos de violência geralmente se expressam de maneira associada, formando uma rede em que se articulam as mais variadas formas de violência advindas do sistema social com aquelas praticadas no âmbito das relações interpessoais.

Apesar de termos ciência que demais fatores, como sexo, etnia e classe social, perpassam a relação entre juventude e violência e percebermos a relevância

de cada elemento elencado entre tantos outros, a proposta deste estudo não é aprofundar-se em tais temáticas, mas buscar compreender como é a vivência da juventude, a partir dos próprios jovens, em um contexto permeado por situações de violência urbana.

Visando a compreender a relação entre violência e juventude, será utilizado um importante instrumento que vem sendo elaborado desde 1998, o Mapa da Violência, assim como outros documentos relevantes. Este mapa tem como objetivo diagnosticar o fenômeno da violência contra a juventude brasileira, a fim de subsidiar a gestão e a formulação de políticas voltadas a esta problemática.

De acordo com o Mapa da Violência de 2013, os homicídios correspondem ao principal fator de morte dos jovens brasileiros, atingindo, em sua maioria, jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos grandes centros urbanos. Os dados apontam que somente 26,8% dos jovens morrem de causas naturais. Já 73,2% das mortes de jovens brasileiros correspondem às causas externas, sendo que 39,3% destas mortes foi resultado de homicídios. Entendem-se como causas externas aquelas independentes do organismo humano, ou seja, são fatores que provocam lesões ou agravos à saúde, e que podem levar à morte do indivíduo (p. 17).

No ano de 2011, a média nacional de homicídios atingiu o número de 27,1 por cada 100 mil habitantes. Quando analisada a taxa de homicídios juvenis, este número atinge a marca de 53,4 por cada 100 mil jovens. Sobre estes números alarmantes, Macedo (*apud* WASELFISZ, 2013) faz a seguinte reflexão:

Os homicídios de jovens representam uma questão nacional de saúde pública, além de grave violação aos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável de milhares de mães, pais, irmãos e comunidades. A violência impede que parte significativa dos jovens brasileiros usufrua dos avanços sociais e econômicos alcançados na última década e revela um inesgotável potencial de talentos perdidos para o desenvolvimento do País (p. 11).

Para além das questões e dos números mais amplos, quando trazemos esta temática para contextos mais vulnerabilizados como favelas e periferias, vários fatores e situações propulsores da violência são observados e evidenciados, como situações de agressão e abuso, uso e tráfico de drogas, heterogeneidade populacional, área de extrema pobreza e pouco apoio institucional, precários

serviços de saúde e educação, entre outros elementos (VIEIRA, 2011). Estas situações podem influenciar o cotidiano e o desenvolvimento da população que ali reside, especialmente a população juvenil, principalmente quando se considera que esta é uma fase de escolhas, construção de identidades e preparação para o futuro.

As pesquisas sobre as consequências da exposição à violência indicam que os impactos causados nos indivíduos incluem desde alterações fisiológicas e psicológicas até interferências de âmbito interpessoal. Assim, os efeitos da violência não se restringem ao âmbito da ameaça à integridade física do indivíduo, interferindo em diferentes dimensões. Quando se trata de crianças, adolescentes e jovens, este efeito pode ser ainda maior, visto que tende a atingir diretamente o desenvolvimento destes (BENETTI *et al.*, 2006).

A partir do exposto, observa-se que a população juvenil, especialmente aquela oriunda das classes pobres, sofre diversas consequências do fenômeno da violência, acrescidas do quadro de desigualdade no Brasil. Tendo sua imagem associada à periculosidade, estes jovens pobres são cada vez mais afastados do mercado de trabalho e do ensino de qualidade, obstaculizando sua inserção e seu desenvolvimento sociais.

Sobre esta discussão, vale citar a análise de Soares e Guindani (2007):

Hoje, estamos diante de um genocídio de jovens pobres e negros, que morrem e matam em um enfrentamento autofágico e fratricida, sem quartel, sem bandeira e sem razão. Apesar de a maioria resistir, muitos jovens sem perspectiva e esperança, distantes das oportunidades geradas pela educação e a cultura, sem lazer, esporte, afeto, reconhecimento e valorização, com suas autoestimas degradadas, acabam cedendo à sedução exercida pelo crime. Ao se deixarem recrutar, aceitam a arma como o passaporte para a visibilidade social e o reconhecimento, antes de usá-la em benefício de estratégias econômicas. A fome de significado e valorização é mais funda e mais radical que a fome física. A cooptação pelo crime é mais que uma operação meramente contábil. Não se trata apenas de saber quem dá mais, mas qual a natureza daquilo que se recebe e que função o bem visado pode cumprir, no imaginário e no mundo afetivo dos jovens guerreiros. Recrutados, organizam-se em torno de núcleos armados de poder que cultivam os valores da guerra. (p. 4).

Em análise ao exposto, considera-se que a relação entre juventude e violência é uma questão que merece destaque nas discussões tanto no âmbito público quanto no privado, já que envolve um grande contingente populacional e se reflete nas mais diversas esferas, sejam elas econômica, social ou política.

Por isso, é fundamental o investimento em políticas, estratégias e ações, mas também em pesquisas, a fim de que se possa construir um rol de instrumentos e técnicas capazes de subsidiar ações contextualizadas e comprometidas com os direitos humanos, com a promoção da cidadania e com o protagonismo juvenil, percebendo-os enquanto sujeitos de direitos e atores de transformação. É importante também que se destaque o território e a comunidade onde os jovens se encontram inseridos, a fim de que seja possível o diálogo para a promoção dos direitos respeitando as especificidades locais.

No próximo ponto, serão discutidos os limites e as possibilidades de uma vivência plena da juventude em contextos nos quais situações de violência urbana incidem sobre seus cotidianos.

3.4

Ser jovem em um contexto de violência urbana

A partir das questões abordadas até aqui, é possível compreender que ser jovem e vivenciar a juventude não é uma tarefa fácil. É, geralmente, neste momento do ciclo de vida que tantas dúvidas, questões e incertezas surgem. O jovem também costuma esperar que, ao ultrapassar esta fase, todas estas questões estejam definidas, a fim de que seja possível a construção de seu futuro pessoal e a realização dos seus mais variados anseios.

Conforme sinalizam Barber-Madden e Santos (2010), este é um momento de não conformação com a estagnação e com criatividade suficiente para refletir sobre mudanças e soluções para antigos problemas. Por este motivo, para as autoras, um país com muitos jovens se torna uma “nação de oportunidades”.

Contudo, é necessário lembrarmos que, assim como o Brasil apresenta um elevado percentual de jovens em sua composição, apresenta também uma violência historicamente enraizada, fruto de uma profunda desigualdade social, uma expressão severa da questão social. Propomos refletir como se dá a vivência da juventude em um contexto marcado por situações de violência, especificamente a urbana.

Pesquisas apontam que a população jovem, negra, moradora das favelas e das periferias é a vítima preferencial da violência. Entendemos que em cada situação concreta de violência existe uma rede de fatores que envolvem desde

aspectos macrosociais até o subjetivismo dos atores sociais envolvidos, como destaca Assis (2004). Por este motivo, é de extrema importância a compreensão de como os jovens, moradores das favelas e das periferias, vivenciam a violência; como se sentem diante de uma violência que marca suas rotinas; quais são suas expectativas de futuro ante uma violência que muitas vezes os impede de realizar atividades básicas como ir à escola, entre outros questionamentos.

Compreendemos que uma situação de violência experimentada pode trazer consigo consequências decorrentes deste fenômeno. Isto pode resultar em impactos na vida e no desenvolvimento dos sujeitos. Apesar dos avanços conquistados, ainda vemos que diversas situações de violência continuam presentes na vida cotidiana das crianças e adolescentes de todos os países do mundo.

Trazendo para a realidade das favelas brasileiras, especialmente as do Rio de Janeiro, é possível observar o cuidado e o companheirismo por parte dos moradores que constroem vínculos de confiança e afeto neste espaço, mas também é notório que viver no interior destas significa presenciar diariamente situações de risco, medo e insegurança. Como salientamos, todas essas situações fazem parte da rotina dos jovens que ali residem, e podem trazer reflexos em suas atividades e no seu desenvolvimento.

Adorno (1996) aponta que a violência criminal e urbana faz parte de um “drama social” que implica em um profundo sentimento de medo derivado da ideia de que o perigo está bem próximo, ou seja, nas ruas, nos lares e no trabalho. Segundo Vieira (2011), o medo e o terror são capazes de desumanizar as pessoas, atacar a individualização e gerar perdas nas identidades e personalidades. E quando se trata da população juvenil, esses impactos podem ser ainda maiores.

No próximo capítulo, serão analisadas as entrevistas realizadas com jovens moradores da Favela Vila Ipiranga sobre os limites, as dificuldades e as expectativas de se viver a condição juvenil em um ambiente perpassado por situações de violência urbana.

4

Os jovens em foco: vivência da juventude em meio à violência urbana

A discussão do tema que será aprofundado neste capítulo é fruto da aproximação que tive enquanto profissional do Serviço Social com a realidade de algumas favelas, mais especificamente as do município de Niterói. Entre 2009 e 2012, atuei no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dentro do qual integrava a Equipe do Trabalho Técnico-Social junto a outros profissionais de diferentes categorias, como biólogos, educadores físicos e pedagogos. Neste período, pude trabalhar em duas favelas. A primeira foi o “Morro da Cocada”, localizada no bairro de Pendotiba, e a segunda, a “Vila Ipiranga”, localizada no bairro do Fonseca.

Optei por realizar a pesquisa de campo na Favela da Vila Ipiranga, pois esta é bastante conhecida na cidade pela sua extensão territorial e pela suposta periculosidade. Além disso, foi a favela onde atuei por mais tempo, praticamente dois anos.

De acordo com a associação de moradores, a Vila Ipiranga é a segunda favela mais populosa de Niterói, com cerca de 4.000 habitantes²⁵. O projeto do PAC do ano de 2009 informava que esta possuía cerca de 1.300 famílias em sua composição, o que nos dá possibilidade de compreender a magnitude desta favela.

A Vila Ipiranga encontra-se localizada no bairro do Fonseca, na Zona Norte de Niterói, bem próximo ao Centro da cidade. Recebeu as ações do PAC no ano de 2009, que tinham como objetivo melhorar a estrutura urbana local por meio do asfaltamento de ruas e servidões. Ademais, o planejamento envolvia a construção de equipamentos públicos, praças e áreas de lazer, além de vinte unidades habitacionais que seriam destinadas àqueles que residiam em áreas consideradas de risco.

Até os dias atuais, as unidades habitacionais não foram construídas, porém os outros equipamentos citados foram concluídos e parte das ruas e servidões

²⁵ De acordo com o Censo Demográfico de 2000 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), a Vila Ipiranga possuía um total de 3.813 moradores (*apud* Miranda, 2004, p. 72).

recebeu asfaltamento, conforme exigia o projeto do PAC nesta favela.

Atuando na Equipe do Trabalho Técnico-Social, realizava, em conjunto com os demais profissionais da equipe, reuniões periódicas com os moradores, a fim de conhecer as demandas locais e explicar as intervenções que seriam realizadas pelo PAC. Também realizava visitas domiciliares às famílias que ali residiam, além de mobilização dos moradores para as atividades propostas, como cursos de capacitação profissional, palestras e atividades de recreação, o que me possibilitou uma aproximação com a vivência e as percepções cotidianas daqueles moradores. Devido à atuação no interior da Vila Ipiranga, tive contato com uma realidade em que as situações de violência se apresentavam com frequência e de maneira explícita. Eram comuns as incursões policiais durante o dia, os conflitos entre a polícia e os traficantes locais, os confrontos entre a Vila Ipiranga e a Favela do Santo Cristo, que, segundo moradores, eram comandadas por organizações criminosas rivais, entre outras manifestações de violência urbana que, por muitas vezes, impediram a realização plena de nosso trabalho.

Vivenciando esta rotina, alguns questionamentos foram-se apresentando, principalmente com relação ao constante convívio da população juvenil com expressões da violência urbana no interior da favela, tais como: Quais os impactos na vida destes jovens em razão de cotidianamente dividirem o espaço onde moram com homens portando armas e drogas? O que pensam sobre esta realidade? Quais são as suas perspectivas de futuro? Quais serviços e oportunidades apresentam-se disponíveis para eles/elas neste lugar? Existe alguma situação de violência que os impede de fazerem coisas que são importantes para eles/elas?

A partir destes questionamentos, observações e vivência pessoal, a juventude da Vila Ipiranga foi escolhida como foco deste estudo. Para tanto, revisitar aquele local foi de extrema importância, pois desta forma foi possível resgatar contatos e lembranças construídos no período de atuação profissional no PAC, além de observar as atuais configurações do local.

Foi neste espaço que pude vivenciar experiências jamais obtidas tanto no âmbito profissional quanto no pessoal. Ver que, mesmo tendo passado mais de dois anos do meu último contato com aquela comunidade e pouca coisa se ter alterado na sua estrutura – apesar de ter sido contemplada com um programa de

infraestrutura nacionalmente conhecido²⁶ – foi um tanto impactante. Constatar que muitas das reivindicações dos moradores permanecem intactas, principalmente no que tange à falta de água e aos buracos nas ruas, por exemplo, também me chocou bastante. Contudo, foi possível visualizar melhorias, como a reestruturação da quadra do Grêmio Recreativo Escola de Samba Sabiá, que serviria como espaço para a realização de projetos sociais, além de abrigar os ensaios da referida escola de samba. Mas o que mais me deixou perplexa foi perceber que nada se havia alterado quando o assunto são as oportunidades efetivas para os jovens da Vila Ipiranga.

Quando o projeto em que estava inserida se encerrou, o Centro de Referência para a Juventude tinha poucas atividades. Atualmente, este teve suas atividades suspensas. Soube, por alguns moradores, que o centro chegou a funcionar e a oferecer cursos e recreação para os jovens da Vila Ipiranga, porém o comércio das drogas bem próximo ao espaço impediu que as atividades tivessem continuidade.

Inicialmente, os equipamentos construídos, como a Quadra Poliesportiva, seriam delegados a algumas secretarias municipais para que se responsabilizassem pelo cuidado e funcionamento destes. No caso da quadra, esta seria de responsabilidade da Secretaria Municipal de Esportes. Tais pautas eram tratadas nas reuniões mensais com a presença dos gestores do programa e dos moradores. Hoje, a quadra recebe projetos pontuais de alguns voluntários e organizações sociais, segundo moradores. Todavia, na maior parte do tempo, recebe atividades do tráfico de drogas local, que, muitas vezes, impede que crianças, adolescentes e jovens usufruam deste espaço.

Por meio de notícias de jornais recentemente publicadas, tive ciência de que a Creche Municipal, construída pelo PAC em 2012, fora inaugurada somente em abril de 2015, e está sendo gerenciada pela Secretaria Municipal de Educação²⁷.

Além destas percepções e observações, muitos contatos foram resgatados

²⁶ Como citado, a Vila Ipiranga recebeu as obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Em 2014, o valor total disponibilizado para estas obras chegou a R\$16.438.405,57, segundo o sítio eletrônico: <http://www.pac.gov.br/obra/25241>, acesso em: 08/06/2015.

²⁷ Informação disponibilizada em: http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1539:prefeito-de-niteroi-rodriogo-neves-inaugura-unidade-de-educacao-infantil-na-vila-ipiranga-no-fonseca. Acesso em: 03/02/2015.

com esta visita e, assim, pude dialogar com alguns jovens da Vila Ipiranga, uns já conhecidos, outros recém-apresentados. Do grupo dos jovens já conhecidos, o principal contato foi restabelecido por meio de uma rede social e, assim, foi possível explicar a ideia da pesquisa e contar com a ajuda de uma jovem que prontamente se mostrou disponível.

A referida jovem participou no período de atuação no PAC, do Projeto dos Ecoagentes²⁸. Sempre se destacou pela liderança e pela maneira como motivava os demais integrantes do grupo, além de ser conhecida por todos os moradores por onde caminhávamos. À época do projeto, estava indecisa sobre sua escolha de profissão. Atualmente trabalha, pois precisa complementar a renda familiar e, assim, teve que deixar seu sonho de cursar Pedagogia para outro momento da vida.

Como esta jovem mostrou-se disponível para ajudar na realização da minha pesquisa de campo, tomei-a como uma espécie de “informante chave”, instrumento muito utilizado por estudos antropológicos e sociológicos. Como citado, o informante chave é uma pessoa que conhece bem a realidade local e o assunto pesquisado, representando deste modo uma rica fonte de informações. É aquele que, segundo Fernando Manoel Bessa Fernandes,

pode “abrir portas”, no sentido de facultar, facilitar, proporcionar ou oferecer ao pesquisador informações e/ou condições especiais para o desenvolvimento das suas observações (2011, p. 267).

A partir de então, esta jovem foi elencando novos jovens para fazerem parte da pesquisa de campo, que, por sua vez, foram sugerindo outros também. Assim, foi possível construir uma amostra de entrevistados composta por quatorze jovens de dezoito a 26 anos, sendo dois do sexo masculino e doze do feminino²⁹, todos moradores de diferentes áreas da Favela da Vila Ipiranga³⁰. Com isso, a

²⁸ Os ecoagentes eram jovens da Vila Ipiranga que tinham o papel de mobilizar os moradores da comunidade para participarem das atividades propostas pela equipe do PAC, mas principalmente para aderirem às campanhas de Educação Sanitária e Ambiental. Estas buscavam conscientizar a população sobre a prevenção da dengue, o acúmulo de lixo, entre outras temáticas.

²⁹ Procurou-se não interferir na escolha dos jovens participantes na pesquisa. O fato de a maioria ser do sexo feminino pode estar relacionado ao fato da seleção inicial ser feita por uma jovem. Pode-se também hipotetizar que seja mais difícil para os jovens do sexo masculino desejarem participar e se expor, já que fazem parte de um grupo bastante visado.

³⁰ Um perfil mais detalhado destes jovens estará exposto no Anexo 7 desta dissertação.

amostra de entrevistados foi baseada em uma técnica denominada “bola de neve”, ou seja, os primeiros entrevistados indicam outros, e assim sucessivamente. Conforme salienta Elisabeth Albuquerque (2009, p. 4): “nas amostragens por bola de neve, os elementos seguintes da amostra são recrutados a partir da rede de conhecidos dos elementos já presentes”.

Este estudo utilizou como referencial a metodologia qualitativa, pois permite que questões subjetivas, crenças, valores e história dos participantes sejam abordados e contemplados na análise. Segundo Maria Cecília Minayo (1995),

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p. 21).

Com cada jovem participante, foi aplicada uma entrevista semiestruturada (Anexo da dissertação), contendo um roteiro de questões originado pelo prévio conhecimento da realidade local, porém modificado diante das singularidades e especificidades vividas no processo de pesquisa. As entrevistas foram realizadas no espaço do Horto Botânico de Niterói, que fica próximo à Vila Ipiranga. Estas ocorreram após apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo gravadas em sua totalidade, a partir da permissão dos jovens.

A estruturação do roteiro de entrevistas foi pensada com o objetivo de, inicialmente, ser possível conversar sobre assuntos prazerosos e mais descontraídos para a juventude, como lazer e diversão, visando assim a uma possível formação de vínculos. Desta forma, poderia ser facilitada a posterior entrada em assuntos mais complexos e reflexivos, como a vivência da juventude em meio à violência urbana que perpassa o dia a dia do local onde moram.

Como apontado, os quatorze jovens que participaram das entrevistas residem em diferentes locais na Vila Ipiranga, o que permitiu apreender a realidade atual desta favela de forma ampliada.

Conversar com estes jovens sobre suas realidades, suas expectativas, suas angústias e seus desejos foi enriquecedor em diversos sentidos, pois foi possível observar o quanto é complexo falar de questões que até então pensávamos que

eram apenas corriqueiras e cotidianas e, por isso, muitas vezes, acabavam banalizadas. Falar sobre como é ser jovem me fez refletir sobre a minha própria implicação na pesquisa. Ao fazer referência aos jovens e a mim ao mesmo tempo, coloco-me em uma posição de jovem pesquisadora, e divido com eles a complexidade de olhar para nós mesmos enquanto parte deste grupo. Somos jovens adultos que ainda buscamos conhecimento, crescimento, experiências para tomadas de decisão e escolhas de vida.

Foi interessante partilhar desta experiência com os quatorze jovens da Vila Ipiranga, e acredito que tenha sido igualmente interessante para eles, pois os questionamentos sobre as minhas vivências e as trocas sobre estudos e trabalhos foram intensas e perpassaram todas as entrevistas. Creio também que, naquela oportunidade, foram criados fortes vínculos de confiança entre nós, pois muitos relatos pessoais foram expressos assim que o gravador era desligado.

Sendo assim, nas páginas que se seguem, um pouco desta rica experiência foi retratada, de modo que alguns pontos relevantes destacados das entrevistas realizadas serão analisados e discutidos à luz das teorias já apresentadas ao longo deste estudo. No próximo tópico, serão abordadas as questões relativas ao lazer e à diversão para os jovens³¹ da Vila Ipiranga.

4.1

O lazer e a diversão para os jovens da Vila Ipiranga

A Vila Ipiranga é uma ampla favela que fica bem próxima ao Centro da cidade de Niterói. O bairro do Fonseca, onde se encontra a Vila Ipiranga, dispõe de uma alameda, denominada São Boaventura, que liga a Ponte Rio-Niterói ao município de São Gonçalo e à Região dos Lagos, região esta que atrai muitos turistas devido às suas cidades praianas. Desta forma, este bairro possui localização privilegiada, tendo acesso facilitado ao Centro, à capital do Estado e a outros municípios.

O bairro dispõe também de diversos equipamentos, públicos e privados, ao longo da sua alameda. Dentre estes equipamentos, é possível encontrar hospitais de referência, como o Getúlio Vargas Filho e o Azevedo Lima, a 78ª Delegacia de

³¹ Cabe ressaltar que, conforme apontado no início deste estudo, usamos o termo “jovens” para nos referirmos a um grupo formado por sujeitos dos sexos feminino e masculino.

Polícia, além de Conselho Tutelar, diversas agências bancárias, escolas e cursos.

Precisamente ao redor da Vila Ipiranga, encontram-se também equipamentos e serviços disponibilizados à população local, como o Posto de Saúde do Programa Saúde da Família (PSF), a Biblioteca Pública Municipal, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência da Juventude (CRJ) e a Fundação Leão XIII, de acordo com a Figura 1.

Com a entrada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Vila Ipiranga, outros equipamentos foram construídos para atender aos moradores, como um centro comunitário, localizado na parte central da favela, uma creche e uma quadra poliesportiva, ambas construídas na parte alta da Vila Ipiranga, e o Grêmio Recreativo Escola de Samba Sabiá, que já existia, porém foi reconstruído pelo PAC na entrada da favela, de acordo com o exposto na Figura 1. Além destes, ruas, servidões e vielas foram asfaltadas como previa o projeto.

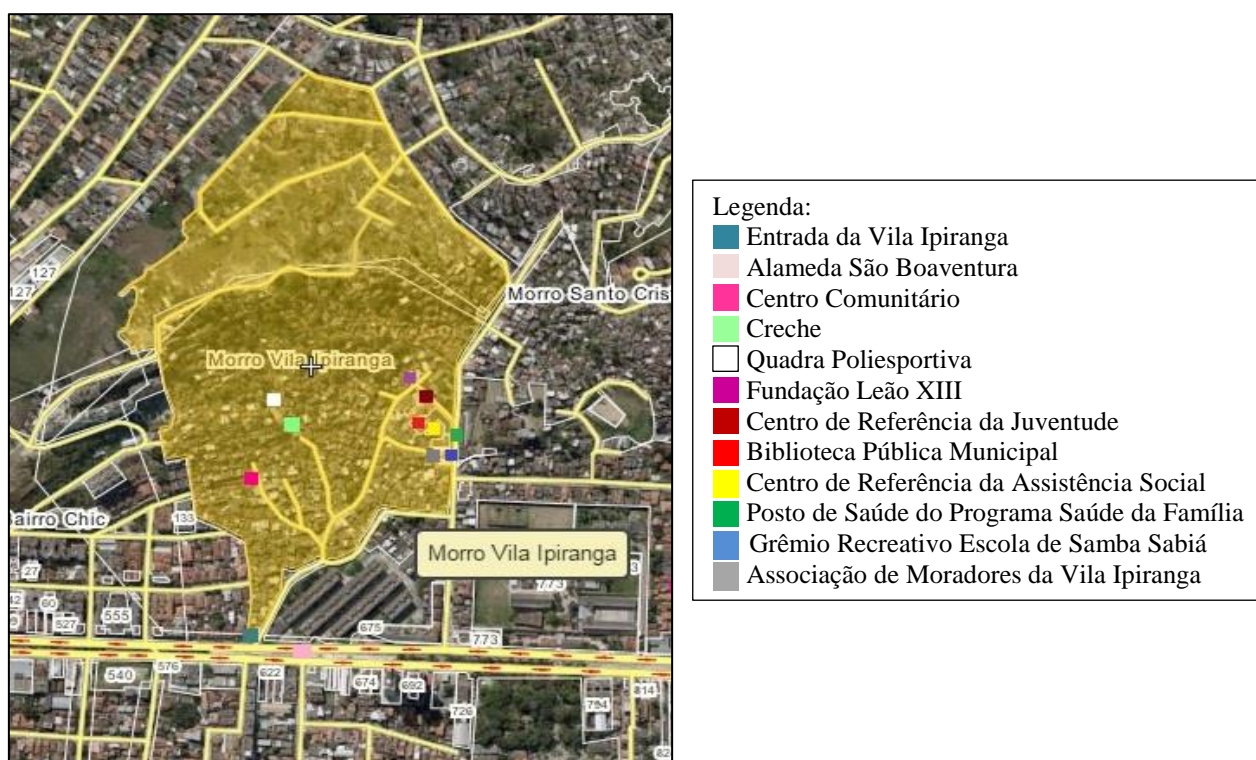


Figura 1 – Mapa da Vila Ipiranga

Ao revisitar a Vila Ipiranga, visando a iniciar a pesquisa de campo, foi possível observar o esvaziamento de alguns equipamentos, como a Biblioteca Pública Municipal e a quadra poliesportiva, e constatar, até mesmo, o não funcionamento de outros, como o Centro de Referência da Juventude (CRJ).

Segundo uma funcionária do CRJ, hoje em dia não há mais atividades neste espaço devido ao comércio de drogas na favela, pois o principal ponto de vendas de drogas, conhecido como “boca de fumo”, fica na mesma rua deste. Cheguei a presenciar, enquanto trabalhei no local entre 2009 e 2012, a entrada de traficantes no CRJ com o objetivo de esconder armas no momento em que atividades recreativas estavam sendo desenvolvidas com adolescentes e jovens.

Com isso, foi possível perceber que as entrevistas realizadas refletiram muito da realidade observada, no tocante às opções existentes voltadas ao lazer e à diversão para a juventude local. Quando questionados sobre o que costumam fazer nos períodos de lazer e diversão, os jovens responderam que frequentam praias e cinemas, e gostam de conversar com os amigos pela Internet. Contudo, quando a pergunta é direcionada às opções de lazer e diversão, disponíveis no lugar onde moram, constata-se que a maioria desconhece qualquer alternativa para os jovens na Vila Ipiranga, atribuindo o desconhecimento à falta de divulgação.

Enquanto profissional da Equipe do Trabalho Técnico-Social do PAC, realizei diversas mobilizações para a participação dos moradores nas reuniões periódicas previstas no projeto, nas quais eram discutidas as intervenções que o PAC realizaria dentro da favela. Todavia, os jovens da Vila Ipiranga nunca foram alvo destas mobilizações e, assim, não tiveram a oportunidade de expor seus desejos e suas expectativas para o local onde residem, mesmo sendo construídos equipamentos voltados a este público e apesar da participação juvenil estar prevista ao longo do texto do Estatuto da Juventude, instituído pela Lei Federal nº 12.852/13.

Muitas das políticas e ações voltadas à juventude não promovem um espaço de discussão para estes, que, por sua vez, acabam não se apropriando daquele equipamento ou daquela estratégia.

Os poucos jovens da Vila Ipiranga que conhecem os equipamentos que foram construídos apontam dificuldades em acessá-los, principalmente devido à localização de alguns deles, como a quadra e a biblioteca, consideradas perigosas. Isto fica claro nos seguintes depoimentos:

“Tem gente que não vai na biblioteca porque acha perigoso, porque é pertinho de onde os caras ficam, entendeu? Eu acho que deveria ir mais para a rua. Tipo assim, ela fica na Tenente Osório que é mais para a rua

mas é do lado da rua que eles ficam. Eu não deixaria minha filha descer o morro para ir numa biblioteca onde os bandidos ficam na rua do lado. Tipo, é do lado mesmo!” (A., fem., 21 anos)

“Eu gostaria que tivesse um campo de esportes aqui. Até tem lá em cima, mas nem vou lá porque é muito perigoso. Precisamos de coisas lá em baixo também. Não tem nada lá em baixo, só lá em cima.” (C., fem., 19 anos)

Nestes relatos, ficam explícitas algumas questões. A primeira a ser destacada possui relação com a ausência de proteção e segurança efetiva nos espaços públicos. Sem proteção e segurança, a população que deveria usufruir destes espaços acaba perdendo lugar para organizações criminosas, por exemplo, como ocorre na Vila Ipiranga. Atualmente, tanto o CRJ quanto a quadra poliesportiva são usados para outros fins, e não para aqueles foram criados.

Outra questão relevante diz respeito ao distanciamento entre as decisões políticas e o conhecimento sobre a realidade local. Como se sabe, para a implementação de ações e políticas eficazes, faz-se necessário um estudo prévio do local onde se pretende atuar, a fim de que as estratégias adotadas atendam à demanda da população. Para tanto, é fundamental a existência de espaços coletivos e de participação efetiva da população que visem à formulação de planos em conjunto com esta, e, desta forma, sejam observadas e preservadas as características locais e as relações sociais ali estabelecidas.

Quando se constrói um equipamento público voltado à população local sem a devida proteção e segurança e sem que os próprios moradores, neste caso os jovens da Vila Ipiranga, apontem suas aspirações e desejos, a tendência é que estes espaços fiquem esvaziados e/ou deixem de funcionar de acordo com os objetivos iniciais, assim como vem ocorrendo na referida favela. A falta de segurança, dificultando o acesso dos moradores, aparece em outro depoimento de um dos jovens entrevistados:

“Seria bacana, tipo assim, um incentivo ao esporte. Tem espaço para isso lá em cima, mas não tem quem faça, porque lá tem a questão do tráfico mandando, aí fica difícil. Tipo, a gente pode estar numa aula e do nada

surgir um tiroteio, porque lá é assim, do nada.” (A., fem., 19 anos)

Ao serem questionados sobre “o que é ser jovem”, todos os entrevistados responderam que ser jovem significa “ser livre”. Livres para usufruírem dos momentos de diversão, mas também livres para buscarem seus objetivos de vida e de futuro, tanto no âmbito profissional, quanto no pessoal. Porém, pude observar que os jovens entrevistados têm a liberdade somente como um desejo, já que, em seus relatos, ficam explícitas as escassas possibilidades de liberdade em um contexto de cerceamento, medo e insegurança. Esta falta de liberdade pode ser percebida neste contundente relato:

“Teve uma vez que eu quis sair para o aniversário de uma amiga, mas não pude porque estava dando tiro à toa lá na Vila, aí se eu fosse teria que chegar muito mais cedo em casa porque não dá pra saber o que pode acontecer, entendeu?” (C., fem., 19 anos)

Muitos são os depoimentos que apresentam, de maneira manifesta, situações em que estes jovens não tiveram liberdade para retornarem para suas casas no momento quando desejassem, para saírem com os amigos, para levarem amigos até as suas casas, ou, até mesmo, para irem à escola ou ao trabalho devido às recorrentes situações de violência urbana em seus cotidianos. Assim, é como se a juventude destes não fosse vivenciada em sua integralidade, como gostariam e como deveria ser.

A seguir, serão abordadas as questões relativas ao estudo, ao trabalho e às expectativas de futuro dos jovens da Vila Ipiranga, assim como será discutido se as situações de violência urbana vivenciadas diariamente têm alguma relação com as escolhas dos jovens.

4.2

O estudo, o trabalho e as expectativas de futuro dos jovens da Vila Ipiranga

No presente tópico, serão analisadas as questões relacionadas ao estudo, ao trabalho e às expectativas de futuro dos quatorze jovens que participaram das

entrevistas. Ademais, será discutido se a violência urbana, marcante no local de moradia destes, afeta ou influencia em suas escolhas neste âmbito. Para tanto, faz-se necessário conhecer um pouco do perfil destes jovens.

Os jovens entrevistados estão incluídos em uma faixa etária compreendida entre os dezoito e 26 anos, o que, em tese, não mais corresponde à idade escolar³². Todavia, seis deles ainda estão cursando o Ensino Médio na rede pública de ensino; cinco já completaram esta fase, também na rede pública; uma parou de estudar na sétima série do Ensino Fundamental; e duas estão cursando o Ensino Superior, na rede privada.

Dos doze jovens que ainda não ingressaram no Ensino Superior, oito já estão decididos sobre quais carreiras desejam seguir para obter melhores salários e posições sociais. Eles citaram carreiras como Medicina, Pedagogia, Publicidade, Psicologia, Direito, Nutrição e Tecnologia da Informação.

Todos os jovens entrevistados acreditam que podem alcançar os objetivos traçados por eles, bastando apenas esforço pessoal, dedicação e força de vontade, sendo estes termos constantemente utilizados pelos mesmos.

Ao analisarmos a situação da educação escolar brasileira, o seguinte cenário se apresenta, conforme salienta Edilaine Andrade (2013):

A maior parte dos jovens brasileiros simplesmente não chega ao ensino médio. Uma parcela dos que se matriculam, não completará este nível de ensino, e dos que concluem o ensino médio apenas uma pequena porcentagem cursará o ensino superior. A educação escolar no Brasil afunila-se na medida em que se galgam os níveis de ensino (p. 129).

O referido quadro demonstra que há dificuldades para o alcance de níveis escolares mais elevados, em razão de inúmeros fatores que podem fazer com que os anseios e as expectativas de grande parte da juventude brasileira não se concretizem: a entrada no mercado de trabalho, a precariedade da rede de ensino, a pobreza, dentre outros. Quando questionados sobre o que poderia vir a ser um obstáculo para o alcance dos seus desejos e objetivos, todos os jovens entrevistados apontaram a questão financeira como um potencial elemento obstaculizador, como retrata o depoimento abaixo:

³² De acordo com a Lei Federal Nº.12.796/13 que altera a Lei Federal Nº. 9.394/96, a educação básica obrigatória e gratuita, é destinada a pessoas com idade entre 4 e 17 anos.

“Acho que só a situação financeira mesmo poderia me atrapalhar, mas ainda sim, com esforço, dá pra conseguir. Tem a dificuldade de transporte, pois tenho que pegar ônibus e metrô para chegar na faculdade e a passagem só aumenta cada vez mais. Tem o valor para me sustentar também, tipo comida, xerox, porque isso tudo é muito caro. Embora eu tenha o FIES³³, as outras coisas são muito caras também. Se não fosse a ajuda dos meus pais, seria muito difícil.” (G., fem., 21 anos)

Já com relação ao que seria um elemento motivador, muitos deles apontaram o apoio da família, como exposto na seguinte declaração:

“Meu pai não sabe ler nem escrever, aí tipo, ele aprendeu a ler e a escrever sozinho, então ele sempre cobrou muito isso da gente, desde pequena. Eu aprendi a ler com seis anos, e ele sempre me incentivou dando livro, estudando comigo. Aí a gente, tendo incentivo, a gente toma gosto, e eu comecei a gostar. Fui a primeira da minha família a fazer uma faculdade. Hoje, minha mãe faz pedagogia, e minha irmã quer entrar ano que vem também.” (A., fem., 21 anos)

Como salienta Miriam Abramovay (2002), a escola, em conjunto com a família, constitui-se por excelência como espaços de socialização, pois:

exercem papel decisivo no processo de ressocialização, reconstrução e ressignificação das identidades dos jovens. É, por conseguinte, instância de recontextualização de referenciais sociais e políticos (p. 15).

Nesta pesquisa, como em outras que focalizam o estudo na juventude³⁴, o elemento familiar destaca-se como um importante fator de crescimento pessoal e profissional dos jovens.

Sobre a família como um elemento motivador, têm-se ainda as

³³ O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a Graduação na Educação Superior de estudantes matriculados em instituições privadas. Informação extraída do sítio eletrônico: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>, acesso em: 05/06/2015.

³⁴ Outra pesquisa que apresenta este apontamento é a intitulada “Infância, Juventude e Participação Cidadã”, que resultou em diversas publicações, como o artigo: RIZZINI, I. *et al.* **O que motiva o engajamento social de jovens cariocas?** In: Cadernos de Pesquisa. Anuário da Graduação do Departamento de Serviço Social, número 1, 2007.

contribuições de Pierre Bourdieu. Este autor utiliza o conceito de capital para a compreensão do fenômeno da desigualdade em sua complexidade, pois, segundo ele, não é somente o fator econômico que o explicaria, mas sim a junção de outros elementos, isto é, o conjunto de capitais, sejam eles, econômicos, sociais, culturais, entre outros. Para o referido autor, a família faz parte do capital social, definido como

o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis (1998, p. 67).

Conforme salienta Bourdieu, os sujeitos com maior acúmulo de capitais têm maiores chances de ascensão social, acarretando em produção e reprodução da desigualdade.

Com relação à atividade laborativa, a maioria dos jovens entrevistados não trabalha. Dos quatro que trabalham, três atuam como operadores de *call centers* e uma como manicure e ajudante de cozinha, sem que seus direitos trabalhistas sejam garantidos, segundo afirmou. Os quatro relataram que trabalham essencialmente por necessidade, seja para custear os estudos, seja para complementar a renda familiar, mas sonham com a conquista de suas expectativas profissionais para que, no futuro, possam ocupar melhores postos de trabalho em decorrência das suas pretendidas formações.

É importante salientar que a população jovem, como aponta Waiselfisz (2013), forma um conjunto de pessoas que pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho e outras oportunidades, mas são estes mesmos jovens que, como vimos nos capítulos anteriores, estão expostos às mais elevadas taxas de mortalidade por causas externas e aos diversos impactos gerados pela exposição às situações de violência no seu dia a dia.

Ao conversar com os jovens sobre as situações de violência urbana que perpassam o cotidiano do local onde moram e como fazem para trabalhar e estudar neste contexto, muitos apontaram episódios em que não conseguiram ir à escola ou ao trabalho devido aos confrontos, aos tiroteios e às incursões policiais

na Vila Ipiranga, conforme os relatos a seguir:

“Já tive que deixar de ir pra escola várias vezes, porque estava tendo tiroteio, porque a polícia invadiu lá. Várias vezes mesmo!” (E., fem., 19 anos)

“Teve uma vez que tinha prova, aí tive que conversar lá, contar toda a situação que tinha acontecido, e fiquei com vergonha, sabe. Tive que contar que fiquei presa em casa. Aí saiu no SBT Rio [programa de notícias], e essa foi minha prova para dizer que era verdade. Até consegui fazer a prova no outro dia, mas foi ruim falar aquilo tudo.” (G., fem., 21 anos)

Como se sabe, no competitivo e seletivo mercado de trabalho da contemporaneidade, somente os mais preparados têm possibilidade de alcançar as melhores posições profissionais, que, como consequência, oferecem as maiores remunerações.

Neste diapasão, comparando este quadro à rotina dos jovens das favelas e periferias, que muitas das vezes deixam de ir à escola devido às intensas manifestações de violência em seu lugar de moradia, pode-se afirmar que estes jovens não possuem as mesmas condições e oportunidades que outros que habitam locais com intensa segurança e proteção. Tal situação, sem a menor sombra de dúvidas, pode refletir em um futuro com empregos precários e subempregos, entre outras consequências, como destaca Andrade (2013):

Os indivíduos provenientes das camadas populares estão em circunstância de maior vulnerabilidade social quanto à educação escolar, ao mercado de trabalho e mesmo às situações de violência urbana. Assim, embora os receios sejam parecidos, distinta é a intensidade dos medos que os afligem (p. 139).

Os entrevistados ainda apontaram que gostariam que fossem oferecidas oportunidades no espaço da favela à juventude da Vila Ipiranga, como cursos profissionalizantes, cursos de línguas, arte e esporte, não só para os jovens que buscam melhores condições para o futuro, mas para aqueles que ingressaram na criminalidade. A maioria dos entrevistados acredita que tais jovens somente se

encontram nesta condição por falta de chances e de algum incentivo, como exposto no seguinte depoimento:

“Acho que muitos ali estão se perdendo por isso, por não ter nenhum incentivo. Não tem uma família que fale: “vai lá, eu te ajudo”. Aí eles acabam se envolvendo com o tráfico e por aí vai.” (T., fem., 19 anos)

Como visto, os jovens provenientes das favelas e periferias estão vulneráveis às manifestações de violência, entre outras expressões de uma questão social mais ampla, que podem refletir nas suas possibilidades de futuro. Quando são obrigados a deixar de ir à escola, quando faltam incentivos da sociedade e da família e quando os recursos financeiros são escassos, tornam-se menores as chances que estes jovens têm de acumular capitais e, desta forma, menores são as chances de romperem com a desigualdade que constitui a realidade que os cerca.

A seguir, serão analisadas as questões relativas ao panorama da violência urbana, segundo o olhar dos jovens entrevistados, que diariamente convivem com as manifestações mais visíveis desta.

4.3

Panorama da violência urbana na favela da Vila Ipiranga pelo olhar dos jovens

Conforme abordado no segundo capítulo, a questão da violência urbana vem ganhando a cena nos debates políticos, sociais e acadêmicos. Inúmeras são as ideias e estratégias criadas para o enfrentamento desta problemática nas últimas décadas. Na maioria das vezes, as favelas e as periferias das cidades são os locais eleitos para o experimento e a aplicação das políticas públicas desta natureza. Assim, cresce, no imaginário social, a concepção de que estes são locais de extrema periculosidade. Segundo Rafael Gonçalves, “a estigmatização das favelas persiste e, mesmo que urbanizadas, continuam sendo representadas como o epicentro da violência urbana” (2006, p. 18).

Inácio Cano (2012) e Luiz Antônio Machado (2010), autores que estudam a temática, afirmam que a expansão da violência urbana está diretamente relacionada ao comércio da cocaína, que adentrou o território nacional na década

de 1980. Este comércio parece encontrar nas favelas e periferias, áreas historicamente segregadas, um perfeito local para suas atividades. Todavia, mesmo tendo ciência de que grande parte do comércio das drogas se encontra fixada nestas áreas, é fundamental que se faça uma clara distinção entre estas práticas e os demais sujeitos que ali residem, pois a maior parte destes não tem nenhuma ligação com tal prática.

Atualmente, denota-se que a política de enfrentamento à violência urbana e ao tráfico de drogas que mais está em evidência é a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas consideradas perigosas pelas autoridades da Segurança Pública. Porém, verifica-se também que esta política, mesmo sendo do Governo do Estado, abrange uma parcela restrita do seu território, contemplando, até o presente, 37 favelas na cidade do Rio de Janeiro e uma na cidade de Duque de Caxias. As demais áreas do estado, a exemplo de Niterói, até o momento, dependem de estratégias pontuais e ações imediatas.

A Vila Ipiranga é uma favela conhecida pelo intenso movimento do tráfico de drogas e pelos constantes confrontos com a Polícia e também com outras favelas, cujos grupos controladores do comércio das drogas, chamados facções, são diferentes e rivais àqueles instalados na Vila Ipiranga.

Quando os jovens são questionados sobre a situação de violência no bairro onde moram, alguns relatam que o Fonseca era muito tranquilo, mas, ultimamente, a violência tem-se manifestado frequentemente. Mais especificamente sobre o contexto de violência no interior da favela da Vila Ipiranga, os quatorze entrevistados apontam que esta sempre foi violenta, porém, em anos recentes, este quadro intensificou-se, como podemos observar por meio das seguintes falas:

“A violência aqui piorou muito. Antes, assim, até tinha, mas não era tanto igual hoje em dia. Hoje, você está na rua, aí tem tiroteio do nada, toda hora, e você nem tem para onde correr.” (J., fem., 22 anos)

“Aqui, tá pior. Sempre teve assalto, mas agora tá demais. Sempre mataram gente, mas agora matam muito mais.” (C., fem., 19 anos)

Nem todos souberam expressar suas opiniões sobre os motivos que podem

ter resultado na intensificação da violência na Vila Ipiranga, porém a metade destes jovens apontou a chegada de novos criminosos na favela devido às ocupações realizadas pela implantação das UPPs em outras áreas do Estado³⁵, o que pode ter ocasionado uma espécie de “realocação” ou migração da violência para os municípios vizinhos ainda não contemplados por esta estratégia de Segurança Pública. Esta informação fica explícita nos seguintes depoimentos:

“Desde que começou essa operação aí no Rio, de, vamos dizer assim, de UPP, aqui ficou ruim. Aqui não era assim, desse jeito que tá. Você podia até andar na rua e tal, mas agora não dá. Depois que começou isso, o pessoal de lá veio pra cá.” (A., fem., 21 anos)

“A violência agora tá grande aqui por chegar bandido de lá do Rio. Estava até calmo aqui, mas aí começou a desocupação lá, aí alguns vieram pra cá e se juntaram com os que já tinham aqui, que estavam quietos.” (A., fem., 19 anos)

Sobre a chegada de novos traficantes na Vila Ipiranga, os jovens participantes apontaram que isto provocou uma mudança nas relações já estabelecidas. Eles explicaram que os novos sujeitos que chegam às favelas não possuem as mesmas relações de respeito e afeto pelo local, como mantinham aqueles que foram nascidos e criados nesta.

Os traficantes que crescem nas favelas estabelecem uma espécie de proteção e rede de assistência aos moradores nos locais onde o Estado deixa de cumprir muitas de suas funções, tornando-se, assim, responsável pelo território. A alteração da dinâmica fica explícita nos relatos abaixo:

“O negócio lá tá mudado. Os caras que traficavam lá eram mais da comunidade mesmo e hoje, como tem pessoa de fora, eles acabam fazendo mais violência, sabe. Uns têm respeito, outros já não têm. Os que têm eram de lá, os que não eram querem chegar mandando em tudo, acaba faltando respeito com morador que mora ali há anos, entendeu?” (T.,

³⁵ Cabe salientar que não pretendemos estabelecer uma relação de causalidade entre a implantação das UPPs e o aumento da percepção de violência no município de Niterói.

fem., 19 anos)

“A Vila sempre teve tráfico de drogas e armas, mas os bandidos de antes escondiam as armas quando os moradores passavam. Eles ficavam ali, mas escondiam as armas, não xingavam, não mexiam com os moradores, sabe? E quando tinha confronto, era só em alguns pontos da Vila. Hoje não. Hoje tá muito diferente.” (G., fem., 21 anos)

Mesmo não sendo possível estabelecer uma relação causal entre a instalação das UPPs em determinadas favelas e a percepção sobre as mudanças nas relações e o aumento da violência, tal como apontado pelos jovens entrevistados, é importante ressaltar que estes, vivenciando o cotidiano da Vila Ipiranga, trazem elementos fundamentais para a reflexão sobre o atual cenário da favela.

Considerando que novos sujeitos adentraram ao referido espaço, entende-se que novas dinâmicas foram criadas. De acordo com os jovens entrevistados, na dinâmica anterior era possível conviver de maneira respeitosa com os envolvidos no comércio das drogas, devido ao afeto e à identidade que estes possuíam com o local. Atualmente, esta relação quebrou-se, pois quem chega não tem o mesmo sentimento de pertencimento e vínculo, o que dificulta a rotina dos habitantes. Assim, os moradores das favelas, por sua vez, precisam estabelecer estratégias para (sobre)viverem no seu próprio território.

Na visão dos jovens, dois fatores foram elencados como possíveis soluções de enfrentamento da problemática da violência na Vila Ipiranga. O primeiro fator, destacado por cinco jovens do total da amostra, seria a intensificação do policiamento, conforme exposto no depoimento a seguir:

“Só resolve com mais policiamento, assim, botando mais policiais lá pra fazer a segurança, sabe? Mais segurança resolveria.” (T., fem., 19 anos)

Outro elemento que poderia solucionar a violência na Vila Ipiranga, citado por sete dos quatorze participantes, está relacionado à disponibilização de oportunidades para que outros jovens não ingressem na criminalidade e, assim, a longo prazo, a questão da violência na favela seria resolvida. Estas oportunidades

seriam de cunho profissional, intelectual e até mesmo recreativo, como apontam estes jovens:

“A solução seria oportunidade de emprego para eles (jovens já envolvidos no tráfico local), sabe? Alguma coisa que faça eles serem atraídos, tipo esporte, lazer, alguma coisa que prenda a atenção deles. O jovem gosta dessas coisas. Acho que tinha que ter algum projeto aqui pra isso.” (E., masc., 26 anos)

“Acho que o governo tinha que implantar coisas para o jovem começar a fazer desde a infância, porque, na minha opinião, é isso que faz as pessoas entrarem para o crime, tipo, não teve oportunidade de fazer um esporte, outra coisa, entendeu? E aí acaba indo pra essa vida. Não teve outro jeito de ocupar a mente.” (G., fem., 21 anos)

A seguir, será abordada a vivência da juventude na Favela da Vila Ipiranga por meio dos depoimentos destes atores que se deparam com expressões da violência urbana em seus cotidianos.

4.4

Ser jovem na favela da Vila Ipiranga: vivência da juventude em meio à violência urbana

Como observado até aqui, viver em favelas e periferias não é uma tarefa fácil. Nestes espaços, além do convívio com situações de pobreza e serviços precários, muitas vezes é preciso lidar também com questões ligadas às diversas formas de violência, principalmente com a violência urbana e suas expressões, especialmente aquelas ligadas ao tráfico de drogas e armas. Quando se trata da população juvenil em meio a tais situações, a questão torna-se ainda mais delicada.

De acordo com diversos estudos, (SOARES, RIZZINI E BUSH, 2010; NOVAES, 2007), expostos no terceiro capítulo desta dissertação, é na juventude que são elaboradas as formas e expressões de sociabilidade destes sujeitos, são construídas as suas identidades e definidos os caminhos para o seu futuro.

Sobre o processo de construção da identidade, tão marcante na juventude, Luiz Eduardo Soares (2004) afirma:

A formação da identidade para os jovens é um processo penoso e complicado. As referências positivas escasseiam e se embaralharam com as negativas. (...) Ninguém cria para si ou escolhe sozinho uma identidade como se tirasse uma camisa do varal. (...) A identidade só existe no espelho, e esse espelho é o olhar dos outros, é o reconhecimento dos outros (p. 137).

Ou seja, a construção da identidade e da personalidade é um processo, e não algo que se cria da noite para o dia. Ela é muito influenciada pelo espaço onde se vive e pelos elementos que a circundam. Para os jovens que diariamente convivem com situações de violência urbana onde moram, a violência pode fazer parte de suas escolhas e decisões, do presente e do futuro, ou até mesmo deixar marcas físicas e/ou psíquicas por toda a vida.

Com relação a estas possíveis marcas, alguns dos jovens destacam momentos vivenciados na Vila Ipiranga que não serão esquecidos nem com o passar dos anos, como veremos abaixo:

“Teve uma vez que um taxista foi levar uma velhinha lá, e eles (traficantes) botaram o cara para fora do carro porque cismaram que ele era polícia e começaram a bater nele. Muito! Aí eu nem sei mais o que aconteceu, porque entrei correndo na casa da minha tia, porque eu não estava mais aguentando ver.” (E., fem., 19 anos)

“Eu sempre via eles descendo com as pessoas mortas dentro do saco, sabe?! E ficava pensando naquilo. Cara, isso para uma criança é um trauma, não?! Eu me sinto traumatizada até hoje. Mas acho que vendo todo dia você acaba acostumando, o que é ruim.” (G., fem., 21 anos)

Conforme salientado no terceiro capítulo, a exposição à violência pode causar impactos e consequências na vida dos sujeitos, provocando alterações fisiológicas, psicológicas e até mesmo nas relações interpessoais. Dentre estas alterações, é possível destacar: problemas de comportamento externalizantes (comportamento agressivo e violação de regras); depressão e outros problemas de comportamento internalizantes (ansiedade, por exemplo), além do Transtorno de

Estresse Pós-Traumático - TEPT³⁶ (XIMENES *et al.*, 2013, p. 444).

Com relação à vivência da juventude em um local considerado violento, foi possível perceber que os jovens diariamente tentam elaborar formas para usufruírem da condição juvenil sem deixar que o fator “violência” os atrapalhe. Os entrevistados destacam, por exemplo, a atenção com o horário e com os locais que, supostamente, seriam mais seguros para a realização de suas atividades. Contudo, nem sempre é possível usufruir desta fase plenamente, como destacado nas seguintes falas:

“Viver a juventude aqui? Não é viver, né?! Desde criança, para poder brincar, eu tinha que ir para a casa dos meus parentes em São Gonçalo [município vizinho], porque eu morava no alto do morro, aí não dava mesmo. E hoje, fica difícil de sair de casa e chegar tarde, porque à noite fica muito perigoso, deserto. Tem que ficar atento sempre!” (G., fem., 21 anos)

“Viver aqui atrapalha muito! Se você quer ficar lá embaixo, tipo na rua, você tem que ter cuidado com horário, com o dia, porque senão eles [policiais] entram metendo bala mesmo, nem querem saber se tem morador na rua ou não.” (T., fem., 19 anos)

Quando questionados se se sentem seguros na Vila Ipiranga, os quatorze afirmaram que não, como exposto nos depoimentos abaixo:

“Eu não acho que estou segura na Vila, porque a qualquer momento pode chegar um e invadir sua casa, ou alguma bala, porque já aconteceu isso da bala entrar na minha telha, e alguém pode até morrer por causa disso. Acho que morando em outro lugar eu teria um pouco mais de segurança. Eu acho, né?!” (C., fem., 19 anos)

“Ah, eu não me sinto segura lá não. Eu não passo por dentro da Vila.

³⁶ O Transtorno de Estresse Pós-Traumático caracteriza-se pelo aparecimento de sintomas de ansiedade após a exposição a um evento traumático, que foi vivenciado com medo e horror. Tal exposição envolve a experiência direta a um evento traumático ou o testemunho ou o conhecimento de um evento ameaçador à integridade pessoal (Ximenes *et al.*, 2013, p. 444).

Evito mesmo. Prefiro dar a volta por fora porque a cada esquina você vê um armado, toda hora entra carro da polícia e tem tiroteio. Esses dias teve tiroteio de tarde, tipo, várias crianças voltando da escola, sabe?! Não dá!” (G., fem., 21 anos)

Quando a questão era sobre a vontade de mudar da Vila Ipiranga para outro lugar, doze dos quatorze entrevistados manifestaram este desejo, devido à violência, como podemos ver em alguns destaques:

“Me mudaria da Vila sim, porque tem muito tiroteio, muita boca. Não dá para ficar à vontade nunca.” (E., fem., 19 anos)

“Eu gosto de lá, mas me mudaria por causa da violência, sabe?! Às vezes, você deixa de fazer as coisas por causa disso, porque tem um monte de bandido na porta da sua casa. É muito ruim!” (A., fem., 18 anos)

Nota-se que o medo apresentado pelos jovens entrevistados é oriundo das dinâmicas diárias estabelecidas na favela pelos sujeitos envolvidos com o comércio das drogas, mas também com relação aos policiais, ou seja, os agentes públicos que deveriam promover a segurança e a proteção dos moradores. Sobre esta questão, vale destacar os apontamentos de Alba Zaluar (2002):

Há uma humilhação sofrida, cotidianamente, por jovens (homens e mulheres) que não podem dizer não aos chefes muito bem armados das quadrilhas ou aos policiais, que se comportam também como déspotas, nos locais onde suas ações não podem ser denunciadas por causa do terror já implantado entre seus moradores (p. 22).

Marcelo Baumann Burgos (*et al.*, 2012) afirma que os moradores de favelas geralmente se encontram em uma posição bastante dramática, pois de um lado há uma polícia na qual não se pode confiar e, de outro, o temor de viver sob a opressão do tráfico de drogas. Esta posição também fica explícita em muitos dos depoimentos já destacados.

É possível perceber nas entrevistas, além disso, um sentimento de tristeza e impotência por parte destes ao constatar o local onde moram entregue às mais diversas situações de violência, e ao se depararem com amigos, e até mesmo

parentes, sendo vítimas desta problemática social, como destacado adiante:

“Cara, eu vi matar um primo meu na minha frente. Na porta da minha casa. Eu estava na varanda, varrendo, aí do nada, eu ouvi ele gritando ‘Para, para!’, e atiraram nele. Ele era uma pessoa que tipo, estava e não estava, sabe [envolvimento com o tráfico]?! Mas por estar e não estar, ele estava. Não dá pra ficar questionando, porque ele não vai voltar, entendeu?! Fazer o quê?!” (A., fem., 21 anos)

Todavia, mesmo com estes elementos, os jovens entrevistados apontam afeto e vínculo com a Vila Ipiranga, tendo em vista que este é o lugar onde todos eles nasceram e foram criados. Este sentimento de carinho e pertencimento fica claro na seguinte fala:

“Olha, apesar de ser violento, independente disso tudo que se passa lá, eu vivo bem, sabe?! Pelas pessoas que tenho lá, pelos meus amigos, porque independente de violência ou não, eu tento viver. É claro que às vezes me afeta, pois, como te falei, muitas vezes tenho que deixar de fazer minhas coisas, às vezes não consigo sair por causa de tiroteio, mas eu gosto de lá, de onde moro. Eu cresci muito, aprendo muito, todo dia.” (C., fem., 21 anos)

Ao ouvir o depoimento destes jovens, fica claro que, para viver em favelas e periferias, é preciso construir formas de enfrentamento e resistência ante as situações de pobreza, precarização dos serviços públicos, violência, tráfico de drogas, entre outras questões. Além de tudo isto, é notório que há uma rede de proteção e solidariedade entre os próprios moradores que possibilita que esta rotina de lutas seja vivenciada de maneira mais amena e cuidadosa.

Considerações finais

Estudar a vivência da juventude em meio à violência urbana, no interior de uma favela do município de Niterói, se revelou uma experiência enriquecedora, que pôde contribuir para a compreensão do referido fenômeno, dotado de inúmeras facetas e abordagens a serem pesquisadas.

A violência é um problema social, não só brasileiro, mas de outras sociedades também, que hoje traz consigo sentimentos de medo e insegurança. Em cada situação concreta de violência, é possível perceber que existe uma rede intrincada de fatores que envolvem aspectos micro e macrosociais, bem como perspectivas da subjetividade dos atores sociais envolvidos.

Observou-se neste estudo que a sociedade brasileira não conseguiu lidar com a problemática da violência que afeta a juventude de forma efetiva.

Quando o foco é o Estado do Rio de Janeiro e o trato da violência em sua forma urbana, percebe-se que as estratégias de Segurança Pública, adotadas ao longo dos anos, também não foram capazes de oferecer proteção efetiva à população como um todo.

A mais recente estratégia, denominada Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), pode, inclusive, ter provocado um redesenho da violência no Estado, deslocando-a dos grandes centros, onde tal ação tem-se concentrado, para diferentes áreas deste território, conforme apontado.

Diversos estudos buscam dar respostas e fornecer subsídios para a compreensão do fenômeno da violência e, na contemporaneidade, da violência urbana. Porém, o problema persiste, adquirindo novas expressões.

Para o Assistente Social, profissional propositivo e interventivo, faz-se necessário compreender profundamente os impactos desta expressão da questão social, a fim de, assim, poder elaborar e gerenciar políticas públicas e também formular e implementar programas sociais que respondam às demandas dos sujeitos com mais eficácia, tal como descrito no Código de Ética desta categoria.

O foco no estudo da vivência da juventude que diariamente se encontra inserida em uma realidade de violência, traz elementos específicos de um segmento populacional que carece de medidas que respondam às suas reais demandas. A juventude é um grupo social tão complexo e heterogêneo que

focalizar o estudo da violência neste se torna uma maneira estratégica de perceber as especificidades do fenômeno em questão.

Como vimos, os jovens oriundos de favelas e das periferias são os mais atingidos pela violência. Nestes contextos e espaços, vários fatores e situações propulsores da violência são observados e evidenciados, como situações de agressão e abuso, uso e tráfico de drogas, áreas de extrema pobreza e pouco apoio institucional, precários serviços de saúde e educação e falta de acesso aos mesmos, entre outros elementos integrantes (VIEIRA, 2011). Estas situações podem influenciar no cotidiano e no desenvolvimento da população que ali reside, especialmente a juvenil, quando se considera que esta também é uma fase de escolhas, construção de identidades e preparação para o futuro.

Todavia, os jovens da favela da Vila Ipiranga não são apenas sujeitos vulnerabilizados que, a qualquer descuido, podem ser cooptados pelo tráfico de drogas, por ser esta a *única* alternativa possível. Não, os jovens da Vila Ipiranga, assim como tantos outros, são muito mais que isso: são sujeitos dotados de sonhos, desejos e expectativas, que buscam realizar seus anseios, mesmo vivenciando um contexto violento e desigual. São jovens que diariamente constroem estratégias para resistirem àquela realidade que os cerca e, assim, usufruírem da condição juvenil. Contudo, cabe ressaltar que a exposição à violência pode, sim, influenciar nas escolhas e nas oportunidades destes.

Quando deixam de ir à escola ou ao trabalho devido à violência no local onde residem, por exemplo, fica claro que estes possuem mais elementos limitadores que outros jovens, com realidades diferentes, para o alcance dos seus objetivos e das suas aspirações futuras.

Desta forma, foi possível perceber, a partir das entrevistas, apesar do curto período de contato com os jovens, o distanciamento existente entre as políticas e ações voltadas à juventude da Vila Ipiranga e as necessidades e demandas deste grupo. Entende-se, desta forma, que estas não devem ser pensadas apenas *para* eles, mas sim *com* eles, envolvendo-os na formulação de políticas e ações, sejam elas de âmbito público e/ou privado.

Para a juventude do contexto analisado, cursos profissionalizantes são estratégias válidas, porém isto não basta. Outras ações devem ser formuladas visando a orientar e contribuir para a transformação da realidade de vida deste grupo. De acordo com as entrevistas, evidenciou-se que os jovens da Vila

necessitam de orientações quanto aos caminhos para o Ensino Superior, por exemplo. Enquanto grande parte das escolas privadas direcionam seus alunos para as universidades, foi possível perceber o quanto este direcionamento é precário nas escolas onde os jovens da Vila Ipiranga estudam.

Do nosso ponto de vista, a pesquisa foi valiosa. Ela possibilitou refletir sobre a realidade vivenciada pelos jovens da Vila Ipiranga, as dificuldades encontradas por eles para realizarem suas atividades cotidianas, e também o quanto estes são capazes de construir formas de proteção e resistência frente às situações de violência que se colocam no local onde vivem.

Por fim, esperamos que esta dissertação possa contribuir para o debate sobre a realidade da juventude que diariamente convive com o fenômeno da violência urbana, a fim de que, desta maneira, sejam formuladas estratégias efetivas para o enfrentamento e as respostas à referida questão.

Referências bibliográficas

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, n.5, 1997.

_____; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, M. **Juventude, violência e cidadania**. Rio de Janeiro, 2002.

_____; CASTRO, M. G. **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006.

ADORNO, S. **A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada**. Revista Sociedade e Estado, v.X, n.2, p. 299-342, jul./dez. 1995.

_____. **Gestão do medo e da insegurança. Violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea**. São Paulo, 1996. Tese de livre-docência - Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

_____. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias, ano 4, n. 8, p. 84-135, jul./dez. 2002.

ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da técnica de amostragem “respondent-driven sampling” na estimação de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação de Mestrado - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

ANDRADA, A. F. **UPP e prevenção da violência no Santa Marta**. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, ed.11, 2013.

ANDRADE, E. **Juventudes: acesso à educação e ao mercado de trabalho**. In. PAIVA, A.R. (Org.) Juventude, cultura cívica e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

ASSIS, S. G. et al. **Violência e representação social na adolescência no Brasil**. Rev. Panam. Salud Publica, v.16, n.1, p. 43-51, 2004.

BATISTA, V. M. **Criminologia e política criminal**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v.1, n.2, p. 20-39, jul./dez. 2009.

_____. **O Alemão é muito mais complexo.** [S.l.:s.n.], 2011.

BARBER-MADDEN, R.; SANTOS, T. F. **A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro.** Distrito Federal: FNUAP, 2010.

BARREIRA, M. **Para além da ocupação do território: notas sobre o discurso da “pacificação” e seus críticos.** [S.l.:s.n.], 2013.

BENETTI, S. P. C. et al. **Violência comunitária, exposição às drogas ilícitas e envolvimento com a lei na adolescência.** PSICO, v.37, n.3, p. 279-286, set./dez. 2006.

BOURDIEU, P. **O capital social – notas provisórias.** In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRASIL. **Constituição Federal.** 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei 8069/1990. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2010.

_____. **Estatuto da Juventude:** Lei 12.852/2013, 2013.

_____. **Projeto de Emenda Constitucional nº 171/2013.** Versa sobre a redução da maioria penal, 2013.

_____. **Juventude levada em conta.** Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2013.

BURGOS, M. B. et al. **O Efeito UPP na percepção dos moradores das favelas.** Desigualdade e Diversidade. Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n.11, p.49-98, ago./dez. 2012.

CANO, I. **“Os donos do morro”:** uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: LAV-UERJ, 2012.

CARDIA, N. **O medo da polícia e as graves violações de direitos humanos.** Tempo Social, Rev. Sociol., v.9, n.1, p. 249-265, 1997.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: ____; WANDERLEY, L. E.; BELFIORE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a Questão Social.** São Paulo: Educ, 2008.

CHAUÍ, M. Ensaio: **Ética e Violência.** Revista Teoria e Debate, n.39, 1998.

CRESS/ RJ. **Código de Ética Profissional do Serviço Social** (1993). In:

Assistente Social, Ética e Direitos. Coletânea de leis e resoluções, 2002.

FEGHALI, J. Introdução. In: ____; MENDES, C.; LEMGRUBER, J. (Orgs.). **Reflexões Sobre Violência Urbana: (In) Seguranças e (Des) Esperanças**. Rio de Janeiro: MauadX, 2006.

FERNANDES, F. M. B. Considerações metodológicas sobre a técnica da observação participante. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**. [S.l.:s.n.], 2011. p. 262-274. Disponível em: <www.ims.uerj.br/ccaps>. Acesso em: 03/03/2014.

FUZIWARA, A. S.; FÁVERO, E. T. A violência sexual e os direitos da criança e do adolescente. In: AZAMBUJA, M. R. F.; FERREIRA, M. H. M. **Violência Sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GONÇALVES, R. S. **A Política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico**. URBANA - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, ano 1, n.1, set./dez. 2006.

GUINDANI, M. K. A. **A violência simbólica e a prisão contemporânea**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, ano 1, n.2, dez. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no capitalismo**. Temporalis/ ABEPSS, ano 2, n.3, jan./jun. 2001.

IANNI, O. **A questão social**. São Paulo em Perspectiva, ano 5, n.1, p. 2-10, 1991.

IBGE. **População jovem no Brasil**. Brasília, [1996].

LEMGRUBER, J. Os números da violência. In: ____; FEGHALI, J.; MENDES, C. (Orgs.). **Reflexões Sobre Violência Urbana: (In) Seguranças e (Des) Esperanças**. Rio de Janeiro: MauadX, 2006. p. 61-74.

MANDELA, N. Preâmbulo. In: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002.

MACEDO, S. C. Prefácio. In: WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2013**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2013.

MINAYO, M. C. S. **Social violence from a public health perspective**. Cad. Saúde Públ., n.10, supl.1, p. 7-18, 1994.

____. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MIRANDA, M. A. S. **A dinâmica da configuração sócio espacial na cidade de Niterói: Um estudo da mobilidade residencial**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado - Instituto de Pesquisa e Planejamento

Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MISSE, M. **Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, jul. 2011.

_____. **Violência: o que foi que aconteceu?**. Jornal do SINTURF, ano XVII, n.529, 2002.

_____. A Violência como sujeito difuso. In: FEGHALI, J.; MENDES, C.; LEMGRUBER, J. (Orgs.). **Reflexões Sobre Violência Urbana: (In)Seguranças e (Des) Esperanças**. Rio de Janeiro: MauadX, 2006, p. 19-31.

MONTAÑO, C. **Pobreza, “Questão Social” e seu enfrentamento**. Serviço Social e Sociedade, n.110, 2012.

NETTO, J. P. **Desigualdade, pobreza e serviço social**. Revista Em Pauta, n.19, 2007.

NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

NOVAES, R. **Juventude e Sociedade: Jogos de Espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas**. Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida, ano I, n.2, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002.

PAIVA, A. R. **Juventude, cultura cívica e cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

PREUSS, M. R. **Emprego Doméstico e Domínio Simbólico**. Rio de Janeiro, 1995. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro.

RIZZINI, I. et al. **Juventude e participação cidadã**. In: XXVII International Congress of the Latin American Studies Association (LASA 2009) – Rethinking Inequalities, [S.l.:s.n.], 2010.

RIZZINI, I. et al. Percepções dos jovens sobre as influências dos adultos em seus processos de engajamento político e social. In. GUIMARAES, M. T .C.; SOUSA, S. M. G. **Juventude e contemporaneidade desafios e perspectivas**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia: Editora UFG; Cãnone Editorial, 2009.

RIZZINI, I. NEUMANN, M. M., CISNEROS, A. **Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direitos**. Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro. O Social em Questão, n.21, 2009.

RIZZINI, I.; ZAMORA, M. H.; KLEIN, A. **O adolescente em contexto**. Revista do CIESPI, 2008.

RIZZINI, I.; KAUFMAN, N.H. **Entre a garantia de Direitos Humanos e a realidade de vida de crianças e adolescentes em âmbito internacional**. Saúde e Direitos Humanos, ano 4, n.4, 2007.

RIZZINI, I. et al. **O que motiva o engajamento social de jovens cariocas?**. Cadernos de Pesquisa. Anuário da Graduação do Departamento de Serviço Social, n.1, 2007 (publicado em agosto de 2008).

SAPORI, L. F. **A segurança pública no Brasil**. Em Debate, v.3, n.1, p. 11-15, 2011.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SILVA, L. A. M. **O controle do crime violento no Rio de Janeiro**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, fev. 2013.

_____. **“Violência urbana”**, segurança pública e favelas - O caso do Rio de Janeiro atual. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, Maio/Ago. 2010.

SILVA, L. A. M.; LEITE, M. P. **Violência, crime e polícia**: O que os favelados dizem quando falam desses temas?. Sociedade e Estado, v.22, n.3, p. 545-591, set./dez. 2007.

SILVA, J. C.; SILVA, H. L. **Expressões e percepções da violência na formação das subjetividades juvenis**. [S.l.:s.n.], 2010

SILVA, R. O. **Violência e Juventude: Um estudo de representações sociais em Uberlândia – MG**. Brasília, 2007. Dissertação de Mestrado - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 130-159.

_____. **Segurança Pública**: presente e futuro. Estudos Avançados, n.20, 2006.

_____; GUINDANI, M. **A violência do Estado e da sociedade no Brasil contemporâneo**. Nueva Sociedad, n.208, mar./abr. 2007.

_____. **Direitos humanos e ciências sociais no Brasil**. In: MARTINS, C. B.; LESSA, R. (Orgs.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil –

Ciência Política. São Paulo: Anpocs, 2010.

SOARES, B. A.; RIZZINI, I.; BUSH, M. (Coords.). **Juventude e elos com o mundo do trabalho: retratos e desafios**. São Paulo: Cortez; Campinas: CIESPI; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

VELHO, G. **O desafio da violência**. Estudos Avançados, v.14, n.39, 2000.

VIEIRA, A. C. D. **Ambiente violento, infância perdida?**. Rio de Janeiro, 2011. 100p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2013**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2013. Disponível em: <www.juventude.gov.br/juventudeviva>. Acesso em: 03/02/2014.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014. Disponível em: <www.juventude.gov.br/juventudeviva>. Acesso em: 03/02/2014.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014. Disponível em: <www.juventude.gov.br/juventudeviva>. Acesso em: 03/06/2015.

WANDERLEY, L. E. **A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho**. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E.; BELFIORE-WANDERLEY, M. Desigualdade e a Questão Social. São Paulo: Educ, 2008.

YAZBEK, M. C. **A pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Revista Serviço Social e Sociedade, n.110, p. 288-322, abr./jun. 2010.

XIMENES, L. F. et al. **Violência comunitária e Transtorno de Estresse Pós-Traumático em crianças e adolescentes**. Psicologia: reflexão e crítica, n.26, p. 443-450, 2013.

ZALUAR, A. **Oito temas para debate: violência e segurança pública**. Sociologia, Problemas e Práticas, n.38, pp. 19-24, 2002.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. **Violência extra e intramuros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.16, n.45, 2001.

SITES CONSULTADOS

<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional> acesso em 10/08/2013.

<http://cidades.ibge.gov.br> acesso em 02/04/2014.

<http://www.isp.rj.gov.br> acesso em 29/03/2014 e 08/04/2014.

<http://www.upprj.com> acesso em 04/03/2014, 29/03/2014 e 17/04/2014.

http://www.niteroitv.com.br/guia/niteroi_historia.asp acesso em 25/02/2015.

<http://oglobo.globo.com/economia/niteroi-lidera-lista-da-riqueza-segundo-fgv-2757154> acesso em 25/02/2015.

<http://atualidadesdodireito.com.br/lfg/2011/02/16/migracao-do-crime-para-niteroi/> acesso em 21/02/2014.

<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,upps-fazem-trafico-migrar-do-rio-para-a-baixada-fluminense,1038312,0.htm> acesso em 11/02/2014.

<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/05/desemprego-atinge-734-milhoes-de-jovens-no-mundo-diz-estudo-da-oit.html> acesso em 01/04/2015.

http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm acesso em 01/11/2014.

<http://www.pac.gov.br/obra/25241> acesso em 08/06/2015.

http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1539:prefeito-de-niteroi-rodriigo-neves-inaugura-unidade-de-educacao-infantil-na-vila-ipiranga-no-fonseca acesso em 03/02/2015.

<http://www.dicionariodoaurelio.com/juventude> acesso em 15/07/2015.

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues> acesso em 15/07/2015.

Anexo 1

Impressões da pesquisadora sobre o trabalho de campo

O presente estudo, que se desenvolveu ao longo dos dois anos durante os quais cursei o Mestrado na PUC-Rio, foi originado a cada nova ideia e sugestão surgidas a partir das disciplinas cursadas. Para a construção do Projeto de Qualificação, planejei estudar o impacto da implantação das UPPS no município de Niterói, por meio da percepção de um dos grupos que mais sofre com os reflexos das situações de violência, quais sejam os jovens, especificamente aqueles oriundos das periferias e favelas.

Para isso, elegi o bairro do Fonseca como campo empírico desta dissertação, pois este é “cercado” por inúmeras favelas, e constantemente aparece em notícias e reportagens como um bairro violento. Além disso, havia trabalhado por dois anos neste bairro e, desta forma, tive contato com diversos aspectos da realidade que o compõe e pude perceber como as situações de violência influenciam as atividades locais.

Assim, decidi abordar jovens das diversas favelas deste bairro, visando a uma escuta ampliada das diferentes realidades deste. Para tanto, busquei o Colégio Estadual Hilário Ribeiro, pois se encontra na principal avenida do Fonseca, chamada Alameda São Boaventura, que atravessa grande parte das favelas anteriormente mencionadas. Além disso, acreditava que uma escola não localizada no interior de uma favela seria um local mais neutro para realizar este tipo de pesquisa, tendo em vista que o município de Niterói tem sido bastante valorizado para a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e, assim, realizar entrevistas com esta temática no interior de alguma favela, neste momento, poderia não ser uma abordagem segura.

Sendo assim, dei entrada no pedido de autorização para a realização de pesquisa na Regional Baixadas Litorâneas da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) em abril de 2014, apresentando meu projeto ainda não defendido na banca de Qualificação. Este projeto foi aprovado em junho de 2014, quando recebi sugestões dos professores participantes e, desta forma, li materiais indicados por estes para a modificação de alguns elementos do meu projeto e posterior encaminhamento deste para avaliação pelo comitê de ética da universidade. Neste período, meu processo para a autorização de pesquisa no

referido colégio se encontrava em tramitação na Secretaria Estadual de Educação.

Acompanhando o andamento deste, pude observar que o mesmo retornara à Regional Baixada Litorânea no fim do mês de junho de 2014. Fui então à Regional para ter conhecimento sobre o parecer de tal órgão, porém meu processo não fora encontrado no local. Este somente fora encontrado em setembro de 2014 e, nesta ocasião, pude ver que o parecer da instituição dizia que a pesquisa era bastante relevante, porém era preciso que eu apresentasse o parecer do Comitê de Ética da PUC-Rio, que foi expedido em 20 de outubro de 2014.

Com receio de que minha pesquisa ficasse prejudicada pelo tempo, decidi buscar outros campos e pessoas que pudessem me ajudar a encontrar jovens para serem entrevistados, agora já com foco na vivência da juventude em meio à violência urbana, trazendo as UPPs como um possível elemento de modificação da dinâmica local.

Em uma visita à Vila Ipiranga, fui ao Centro de Referência da Juventude (CRJ) que fica localizado no interior desta favela. O CRJ é baseado na oferta de cursos para os jovens que moram na região visando a proporcionar atividades de lazer e a capacitação destes para o mercado de trabalho. Entretanto, devido às situações de violência e tráfico de drogas no local, o CRJ não tem realizado suas atividades com frequência, o que inviabilizava a minha pesquisa.

Nesta conjuntura, resolvi ir ao encontro dos jovens a serem entrevistados por meio da técnica do “informante chave”, descrita no quarto capítulo deste estudo. Desta forma, reencontrei uma jovem, que conheci no período quando atuei no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que logo se disponibilizou a participar da minha pesquisa e a indicar outros jovens.

Acredito que esta forma de pesquisa tenha sido bastante rica, pois não se vinculou a um espaço educacional ou assistencial, por exemplo. Com esta abordagem, pude ter contato com os jovens como eles são, com naturalidade e liberdade. Muitos deles quiseram conversar comigo, até mesmo após ter desligado o gravador, sobre vivências e experiências, sobre expectativas e desejos e até mesmo, sobre situações nunca divididas com ninguém, segundo alguns deles.

Termo este trabalho com o sentimento de ter crescido enquanto profissional, pesquisadora, mas principalmente como pessoa. Espero poder contribuir de alguma forma com as reflexões sobre a juventude das favelas que resistem, diariamente, às mais diversas formas de violência.

Anexo 2

Notícias com foco sobre criminalidade e Segurança Pública em Niterói

- **Migração do crime para a Grande Niterói?**

LUIZ FLÁVIO GOMES/ Pesquisador: Danilo Cymrot

Instituto Avante Brasil (IAB)

Dentro da linha de pesquisa do IPC-LFG (<http://www.ipcluizflaviogomes.com.br/>) que reside na prevenção do crime, acompanhamos a experiência das Unidades de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro. Uma das hipóteses mais aventadas pelos críticos das UPPs é a de que, mais do que diminuir as taxas de criminalidade e a violência, a instalação das UPPs é responsável pela fuga de traficantes e migração do crime para outras áreas não contempladas por estas unidades, uma vez que a UPP não combateria as causas sociais da criminalidade.

Com o objetivo de testar esta hipótese, ainda que o período analisado seja relativamente curto, serão confrontadas as taxas de criminalidade da Zona Sul do Rio de Janeiro, onde as primeiras UPPs foram inauguradas, com as taxas de regiões não atingidas pelas UPPs, para constatar se uma diminuição na primeira é acompanhada por um aumento correspondente nas últimas e vice-versa.

Ressalva-se, porém, que devido à complexidade do fenômeno, não se pode traçar relações de causalidade automáticas. As cifras criminais foram retiradas do sítio do Instituto de Segurança Pública, autarquia do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A Grande Niterói

Há suspeitas, veiculadas em notícias de jornal, de que traficantes do Rio de Janeiro estão migrando para a Grande Niterói. Moradores informaram, por exemplo, que os morros do Estado e do Palácio, em Niterói, serviram de abrigo para traficantes que teriam fugido das favelas onde estão sendo instaladas UPPs. Policiais do 12º BPM (Niterói) fizeram uma operação no Morro do Estado, onde, segundo moradores, houve um grande confronto entre quadrilhas rivais.

Um dia antes da ocupação das Favelas do Catumbi, Estácio e Santa Teresa, no Centro do Rio, para a instalação de UPPs, um esquema foi montado com todas as delegacias especializadas para acompanhar o possível deslocamento de suspeitos para outras favelas controladas pelas mesmas facções criminosas, como a Rocinha e algumas comunidades de Niterói.

A Polícia Civil garantiu que, caso fosse necessário, os policiais estariam prontos para entrar em comunidades invadidas ou em possíveis rotas de fuga desses criminosos.

Policias do 12º BPM e do BOPE fizeram uma ação nos Morros Juca Branco, Boavista e Serrão, em Niterói. Já a Polícia Rodoviária Federal realizou blitzes na Ponte Rio-Niterói, nas quais homens foram presos e veículos apreendidos. Em São Gonçalo, policiais militares do 7º Batalhão reforçaram o patrulhamento das principais vias da cidade e também houve blitzes.

De acordo com reportagem de *O Globo*, há anos que traficantes dos Morros da Mineira e de São Carlos, no Rio, se escondem na comunidade do Salgueiro, na periferia de São Gonçalo e às margens da BR-101. O local seria procurado pelos

traficantes porque possui um único acesso, o que dificulta operações policiais. Por outro lado, São Gonçalo é o segundo município mais populoso do Estado e o que tem o menor percentual de policiais por habitantes.

As cifras criminais

Na Grande Niterói, que supostamente recebeu os traficantes “migrantes” e abrange os municípios de Niterói, São Gonçalo e Maricá, foram contabilizados de janeiro a junho de 2008, período que compreende a inauguração das obras do PAC na Rocinha, 608 crimes violentos (homicídios, latrocínios, tentativas de homicídios, lesões corporais seguidas de morte, autos de resistência, policiais mortos em serviço e encontros de cadáveres e ossadas) e 32.091 registros de ocorrência, sendo 8.584 de furtos e 7.657 de roubos.

De julho a dezembro de 2008, período que compreende a implantação da UPP Santa Marta, inaugurada em 19 de dezembro, foram contabilizados 585 crimes violentos (-3,78%) e 33.042 registros de ocorrência (+2,96%), sendo 8.688 de furtos (+1,21%) e 8.300 de roubos (+8,40%).

De janeiro a junho de 2009, período que engloba a implantação da UPP Cidade de Deus, inaugurada em 16 de fevereiro, da UPP Batam, inaugurada em 18 de fevereiro, e da UPP Babilônia/Chapéu-Mangueira, inaugurada em 10 de junho, foram contabilizados 587 crimes violentos (+0,34%) e 33.184 registros de ocorrência (+0,43%), sendo 8.137 de furtos (-6,34%) e 8.473 de roubos (+2,08%).

De julho a dezembro de 2009, período que compreende a implantação da UPP Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, inaugurada em 23 de dezembro, foram contabilizados 495 crimes violentos (-15,67%) e 32.242 registros de ocorrência (-2,84%), sendo 8.489 de furtos (+4,32%) e 6.756 de roubos (-20,26%).

De janeiro a junho de 2010, período que engloba a implantação da UPP Tabajaras/Cabritos, inaugurada em 14 de janeiro de 2010, da UPP Providência, inaugurada em 26 de abril, e da UPP Borel, inaugurada em 07 de junho, foram contabilizados 582 crimes violentos (+17,58%) e 33.385 registros de ocorrência (+3,54%), sendo 8.960 de furtos (+5,55%) e 6.866 de roubos (+1,63%).

Finalmente, de julho a dezembro de 2010, período que compreende a inauguração da UPP Formiga, inaugurada em 1º de julho, da UPP Andaraí, inaugurada em 28 de julho, da UPP Salgueiro, inaugurada em 17 de setembro, da UPP Turano, inaugurada em 30 de setembro, e da UPP Macacos, inaugurada em 30 de novembro, e as operações nos Complexos da Penha e do Alemão, em novembro, foram contabilizados na Grande Niterói 560 crimes violentos (-3,78%) e 33.696 registros de ocorrência (+0,92%), sendo 8.675 de furtos (-3,18%) e 6.947 de roubos (+1,16%).

Conclusão

Quanto aos crimes violentos, especificamente, que possuem uma cifra obscura mais baixa e, portanto, cifras oficiais mais confiáveis, nota-se uma diminuição em Niterói (-3,78%) e aumento na Zona Sul (+32,35%), nos seis meses que compreendem a implantação da UPP Santa Marta.

Nos seis meses que compreendem a implantação da UPP Cidade de Deus, da UPP Batam e da UPP Babilônia/Chapéu-Mangueira, nota-se um aumento no número de crimes violentos em Niterói (+0,34%) e na Zona Sul (+15,55%).

Nos seis meses que compreendem a implantação da UPP Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, verifica-se uma queda no número de crimes violentos em Niterói (-15,67%) e na Zona Sul (-18,59%).

Nos seis meses que compreendem a implantação da UPP Tabajaras/Cabritos,

da UPP Providência e da UPP Borel, constata-se um aumento no número de crimes violentos em Niterói (+17,58%) e uma queda na Zona Sul (-23,62%).

Finalmente, nos seis meses que compreendem a inauguração da UPP Formiga, da UPP Andaraí, da UPP Salgueiro, da UPP Turano e da UPP Macacos, bem como as operações nos Complexos da Penha e do Alemão, verifica-se uma queda do número de crimes violentos tanto na Grande Niterói (-3,78%), quanto na Zona Sul (-19,59%).

Percebe-se, assim, que, entre os seis semestres analisados, em apenas um, de janeiro a junho de 2010, verificou-se um aumento do número de registros de crimes violentos na Grande Niterói e a diminuição na Zona Sul do Rio de Janeiro, o que torna implausível, a princípio, a hipótese de que houve migração da criminalidade violenta da segunda para a primeira.

Não se pode olvidar, porém, a possibilidade de migração de traficantes para outros locais e a influência que as UPPs inauguradas em outras áreas da Cidade porventura possa ter tido sobre a migração de traficantes para a Grande Niterói.

Há notícias de que os traficantes “migrantes” são provenientes principalmente das comunidades da Zona Norte atingidas por UPPs ou operações, como as do Complexo do Alemão. Tendo em vista que as UPPs da Zona Norte foram inauguradas, em sua maioria, no segundo semestre de 2010, ainda é cedo para testar esta hipótese.

De qualquer forma, já se pode afirmar que, no segundo semestre de 2010, houve uma ligeira queda no número de registros de crimes violentos na Grande Niterói, o que não significa que não tenha ocorrido uma migração de traficantes para este local, haja vista que a migração não implica necessariamente em aumento do registro da criminalidade violenta.

Fonte: <http://atualidadesdodireito.com.br/lfg/2011/02/16/migracao-do-crime-para-niteroi/>

Acesso em: 21/02/2014.

- **UPPs fazem tráfico migrar do Rio para a Baixada Fluminense. Bandidos tomam controle de comunidades e espalham onda de assaltos por cidades da região; estatísticas comprovam mudanças.**

03 de junho de 2013

Wilson Tosta e Marcelo Gomes – O Estado de S. Paulo

RIO – Quando o relógio chega às 20 horas, moradores da Mangueirinha, complexo de favelas em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, sabem que precisam ter mais cuidado. Depois desse horário, traficantes armados começam suas rondas – que vão até a madrugada – por ruas de acesso à comunidade. A cena leva à Baixada o que se via em bairros do Rio, como o Complexo do Alemão e a Rocinha, antes da instalação, a partir de 2008, das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Hoje, será inaugurada a mais nova UPP – Cerro Corá, no Cosme Velho. Ela deve expulsar mais bandidos e fechar um círculo de policiamento na Zona Sul, visando à visita do Papa Francisco. Para os moradores da Baixada, muitos traficantes migraram das áreas pacificadas para suas vizinhanças.

Estatísticas de março da Secretaria de Segurança do Rio corroboram a

hipótese de mudança da criminalidade. Elas mostram queda nos principais indicadores de delitos no Rio e aumento na Baixada em comparação com março de 2012.

De 23 tipos de crimes, 11 registraram diminuição na capital – só três subiram e os demais ficaram estáveis. Caíram homicídios (-11,3%), estupros (-38,2%), assaltos (-4,9%) e furtos (-8,7%). Já os 12 municípios da Baixada Fluminense registraram aumento em 14 indicadores e redução em apenas quatro. Houve avanço nos homicídios (23%), roubos (21,5%) e no total de ocorrências (5,3%).

“Não tem dúvida de que teve alguma migração”, diz o Prefeito de Duque de Caxias, Alexandre Cardoso (PSB). “Antes, tinha bandido, mas não eram tantos. Agora, como as favelas atingidas no Rio pela UPP eram do Comando Vermelho e as daqui também são, os caras vieram para cá. Só que aqui a comunidade é muito mais pobre. Aí, eles saem para assaltar”, completa X., um ativista da região que teme ser identificado.

Assaltos

Em Duque de Caxias, além de comunidades fechadas por traficantes, como a Mangueirinha e a Favela do Lixão, multiplicam-se as denúncias de assaltos. A Estrada Rio-Magé ganhou dos moradores o apelido de “*point* do arrastão”.

Ali, o filho de um empresário, ao passar em um fim da tarde em seu Corolla com a mulher e o filho de 4 anos, foi cercado por seis homens, em dois veículos, com armas curtas. A mulher tentou correr e foi dominada. “Ô, vagabunda, quer morrer?”, perguntou um ladrão. As vítimas perderam o veículo, dinheiro, pertences, mas não sofreram agressões físicas. Um Citroën que vinha atrás também foi levado.

“O Governador (Sérgio Cabral Filho, do PMDB) e o Secretário de Segurança (José Mariano Beltrame) são governador e secretário do município do Rio, trabalham muito bem da Rodoviária para a Zona Sul”, provoca o empresário Osmar de Paiva, ex-Presidente do Conselho de Segurança de Duque de Caxias, reclamando dos roubos.

Sem indicadores

A Secretaria de Segurança não reconhece a transferência da criminalidade e informou, por meio de nota, que “não tem informações que comprovem a migração”.

Segundo o órgão, em 2012 foram verificadas fichas de mais de 600 presos em Niterói e só 34 eram de fora da cidade.

Outro exemplo citado foi a chacina da Chatuba, na Baixada. Todos os autores eram da comunidade. “Migração pode haver, sim, mas não temos indicadores de que ela seja em grande escala”.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,upps-fazem-traffic-migrar-do-rio-para-a-baixada-fluminense,1038312,0.htm>

Acesso em: 11/02/2014.

Anexo 3

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



PUC RIO Vivência da Juventude: Percepções de jovens em contexto de violência urbana no município de Niterói/RJ.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **Vivência da juventude em meio à violência urbana. A experiência de ser jovem na favela da Vila Ipiranga, Niterói-RJ.**

I. JUSTIFICATIVA:

A pesquisa se justifica dada a realidade na qual o jovem se encontra inserido, sendo este grupo um dos mais atingidos pela violência, motivo pelo qual é particularmente importante escutar e compreender os pontos de vista de jovens a respeito da realidade que os cerca, pois atravessam uma fase de escolhas e de preparação para o mundo adulto.

II. OBJETIVO:

O presente estudo tem por objetivo analisar a vivência da juventude em um contexto de violência urbana, precisamente a realidade da Favela da Vila Ipiranga, em Niterói, município localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Busca-se refletir sobre como percebem e vivenciam a violência e quais são os reflexos disso em suas rotinas e atividades.

III. PROCEDIMENTOS DE METODOLÓGICOS:

O(os) procedimento(s) metodológico(s) serão desenvolvidos através de pesquisa em material bibliográfico e entrevistas qualitativas que serão realizadas com jovens da localidade selecionada que tenham idade superior a 15 anos.

IV. GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou constrangimento.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão devolvidos ao conjunto dos participantes uma vez que sejam concluídos os procedimentos legais de apresentação e publicação da dissertação de mestrado.

Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado

sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e outra será fornecida a você.

V. CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:

A participação no estudo não acarretará em custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

VI. BENEFÍCIOS E RISCOS RESULTANTES DA PESQUISA:

Toda pesquisa se realiza num esforço em evidenciar determinadas expressões da realidade, no entanto, dada a dinamicidade da realidade social, corre-se o risco da produção de conhecimento em caráter aproximado e transitório, necessitando estar em constante reflexão e análise.

Entretanto, ainda que reconheçamos o risco e as implicações presentes na produção de conhecimento, compreendemos que são inúmeros os benefícios que podem ser propagados neste processo, entre estes: a crítica constante dos fatos que se mostram apenas em sua aparência, a produção de conhecimento que pode servir de inspiração para demais produções teóricas e atuações profissionais, bem como a apropriação de conhecimento por parte da população alvo destes estudos e pesquisas.

Sendo assim, destacados os riscos e benefícios do referido processo de pesquisa, torna-se oportuno ressaltar que este será realizado respeitando os padrões éticos e técnicos exigidos, primando pelo respeito com os sujeitos participantes do percurso de produção de conhecimento, bem como com a qualidade do conteúdo proposto.

VII. ASSINATURAS DECLARATÓRIAS:

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar.

Fui informado(a) sobre a seriedade desta pesquisa e, caso necessite, poderei contatar a professora orientadora **Irene Rizzini** pelo telefone (21) 2259-2908 ou pelo e-mail ireneri26@gmail.com; certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Em caso de dúvidas poderei chamar a estudante **Natalia Limongi** pelo telefone (21) 97667-1345 ou por e-mail nslimongi@hotmail.com.

Para o termo que segue me proponho a declarar as seguintes questões:

1. Declaro que concordo em participar desse estudo intitulado: **Vivência da juventude em meio à violência urbana. A experiência de ser jovem na favela da Vila Ipiranga, Niterói-RJ.**
2. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.
3. Declaro que me disponho em ter minha imagem e diálogos gravados em entrevista individual, e que estes serão utilizados **exclusivamente**

enquanto registro do pesquisador, sendo assegurado o devido sigilo profissional.

Nome do
Responsável: _____ **Data:** _____ **Cidade:** _____

Assinatura: _____

Nome do
participante: _____ **Data:** _____ **Cidade:** _____

Assinatura: _____ **D.N.:** _____

Nome da
pesquisadora: _____ **Data:** _____ **Cidade:** _____

Assinatura: _____

Anexo 4

Roteiro de Entrevista

- 1) Nome e idade?
- 2) Onde e com quem mora?
- 3) O que faz para se divertir?
- 4) Tem opções de diversão/ lazer no seu local de moradia? Se sim, quais?
- 5) Que outras opções de diversão/ lazer gostaria de ter onde mora?
- 6) Você estuda? Qual é o nome de sua escola/ faculdade? Qual a sua série? Onde fica sua escola?
- 7) Gosta de onde estuda? Se sim, motivos. Se não, motivos.
- 8) Você se sente seguro onde estuda? Se sim, motivos. Se não, motivos.
- 9) Você trabalha? Trabalha em quê?
- 10) Gosta de seu trabalho? Se sim, motivos. Se não, motivos.
- 11) Quais são seus planos para o futuro?
- 12) Acredita que vai alcançar estes planos? Se sim, motivos. Se não, motivos.
- 13) Outros jovens de sua comunidade podem alcançar planos como o seu? Maioria? O que hoje os impede?
- 14) O que seria um obstáculo para alcançar estes planos?
- 15) O que te faz/ faria alcançar estes planos?
- 16) Você gosta de onde mora? Mudaria para outro lugar? Se sim, motivos.
- 17) Você se sente seguro em seu local de moradia? Se sim, motivos. Se não, motivos.
- 18) Para você, o que é violência?
- 19) Você se sente ameaçado pela violência? Motivos.
- 20) Você considera seu bairro um local violento? Se sim, motivos. Se não, motivos.
- 21) Caso considere o bairro violento: Seu bairro sempre foi violento? Explique.
- 22) Você já presenciou algum tipo de violência? Onde foi (em casa, na escola, na rua, no bairro, em outro lugar)?
- 23) Você já sofreu algum tipo de violência? Como foi?
- 24) Como é viver a juventude em um local considerado violento?
- 25) Alguma situação de violência já o impediu de realizar uma atividade programada?
- 24) Mudaria alguma coisa em sua vida? O quê? Como?
- 25) Como você acha que o problema da violência pode ser solucionado?
- 26) Para você, o que é ser jovem?

Anexo 5

Aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética da PUC-Rio

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Câmara de Ética em Pesquisa da PUC – Rio

PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO (2014-35)

A Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: "Vivência da juventude: Percepções de jovens em contexto de violência urbana no município de Niterói/RJ" (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio).

Autora: Natalia da Silva Limongi (Mestranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio).

Orientadora: Irene Rizzini (Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio).

Apresentação: Pesquisa qualitativa que visa analisar as percepções de jovens moradores de favelas situadas em Niterói, município localizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, sobre a vivência da juventude em um contexto marcado por situações de violência urbana, sobretudo após a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) na capital do Estado. O estudo será realizado com jovens moradores da localidade com a idade a partir de 15 anos, em instituições que envolvem atividades com esse público. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas.

Aspectos éticos: O projeto e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido expõem com clareza os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem seguidos, a garantia do sigilo e da confidencialidade dos dados e da identidade dos participantes. Devem ser anexadas ao trabalho final as autorizações para a realização da pesquisa de campo por parte das instituições abordadas no estudo.

Parecer: Considerando os elementos expostos acima somos de parecer Favorável à aprovação do projeto quanto aos princípios e critérios estabelecidos pela Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio.

Prof. José Ricardo Bergmann
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2014.

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22453-900.
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) 3527 1619 FAX (021) 3527 1132.
E-mail: vrac@puc-rio.br

Anexo 6

Dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro sobre o município de Niterói

2008	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - INDICADORES DE CRIMINALIDADE							
		ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 12				REGIÃO: GRANDE NITERÓI		
VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS								total
Homicídio Doloso	1	2	2	2	0	9	16	
Tentativa de Homicídio	1	2	5	0	5	3	16	
Lesão Corporal Dolosa	68	35	63	19	47	37	269	
Estupro	0	0	0	1	0	1	2	
REGISTROS DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO								
Roubo a Estabelecimento Comercial	10	5	4	2	1	4	26	
Roubo de Veículo	10	21	30	11	8	9	89	
Roubo a Transeunte	123	71	51	8	18	7	278	
Roubo em Coletivo	10	15	10	4	2	2	43	
Registro de Ocorrências	948	551	441	181	309	267	2697	
Apreensão de Drogas	4	7	9	0	4	4	28	

2009	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - INDICADORES DE CRIMINALIDADE							
ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 12				REGIÃO: GRANDE NITERÓI				
VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS								
								total
Homicídio Doloso	3	0	4	1	3	5	16	
Tentativa de Homicídio	2	0	3	0	0	3	8	
Lesão Corporal Dolosa	51	31	76	30	31	44	263	
Estupro	1	3	2	3	2	1	12	
REGISTROS DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO								
Roubo a Estabelecimento Comercial	2	8	6	1	3	0	20	
Roubo de Veículo	22	22	17	9	9	10	89	
Roubo a Transeunte	50	54	49	15	18	15	201	
Roubo em Coletivo	5	4	10	2	0	2	23	
Registro de Ocorrências	889	515	458	214	292	321	2689	
Apreensão de Drogas	3	5	5	1	5	5	24	

2010	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - INDICADORES DE CRIMINALIDADE							
ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 12				REGIÃO: GRANDE NITERÓI				
VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS								total
Homicídio Doloso	1	0	3	2	5	3	14	
Tentativa de Homicídio	2	6	2	2	4	1	17	
Lesão Corporal Dolosa	63	25	59	36	34	58	275	
Estupro	4	1	1	1	1	1	9	
REGISTROS DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO								
Roubo a Estabelecimento Comercial	4	11	0	5	8	1	29	
Roubo de Veículo	10	12	32	7	12	15	88	
Roubo a Transeunte	77	77	44	11	18	15	242	
Roubo em Coletivo	12	5	13	0	0	1	31	
Registro de Ocorrências	933	569	425	232	361	371	2891	
Apreensão de Drogas	4	6	4	1	4	10	29	

2011	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - INDICADORES DE CRIMINALIDADE							
		ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 12				REGIÃO: GRANDE NITERÓI		
VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS								total
Homicídio Doloso			0	0	4	1	2	9
Tentativa de Homicídio			4	0	2	0	1	10
Lesão Corporal Dolosa			62	59	46	30	35	298
Estupro			1	0	4	0	5	11
REGISTROS DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO								
Roubo a Estabelecimento Comercial			4	8	3	0	1	20
Roubo de Veículo			13	10	24	8	13	84
Roubo a Transeunte			100	74	45	12	8	252
Roubo em Coletivo			10	9	8	1	0	29
Registro de Ocorrências			928	629	471	227	318	3001
Apreensão de Drogas			7	11	8	5	5	41

2012	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - INDICADORES DE CRIMINALIDADE							
ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 12								
REGIÃO: GRANDE NITERÓI								
VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS								
Homicídio Doloso	0	0	3	2	0	1	total	6
Tentativa de Homicídio	3	0	6	5	0	5		19
Lesão Corporal Dolosa	60	34	74	50	45	88		351
Estupro	3	6	5	4	1	5		24
REGISTROS DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO								
Roubo a Estabelecimento Comercial	11	7	2	3	2	3		28
Roubo de Veículo	14	8	29	7	13	8		79
Roubo a Transeunte	89	59	31	13	24	28		244
Roubo em Coletivo	13	4	12	0	0	1		30
Registro de Ocorrências	676	513	427	218	374	544		2752
Apreensão de Drogas	1	4	6	0	5	0		16

2013			SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - INDICADORES DE CRIMINALIDADE						
			ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 12				REGIÃO: GRANDE NITERÓI		
VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS									total
Homicídio Doloso			0	0	9	6	0	3	18
Tentativa de Homicídio			2	2	1	0	2	4	11
Lesão Corporal Dolosa			44	40	58	23	44	56	265
Estupro			4	1	4	1	0	10	20
REGISTROS DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO									
Roubo a Estabelecimento Comercial			5	14	8	5	8	5	45
Roubo de Veículo			14	17	53	16	17	21	138
Roubo a Transeunte			69	56	54	23	25	25	252
Roubo em Coletivo			3	4	12	1	4	2	26
Registro de Ocorrências			703	481	498	276	396	566	2920
Apreensão de Drogas			6	5	19	5	20	6	61

2014	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - INDICADORES DE CRIMINALIDADE								
	ÁREA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 12				REGIÃO: GRANDE NITERÓI				
VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS									total
Homicídio Doloso		0	0	1	1	3	5		10
Tentativa de Homicídio		5	3	11	1	3	5		28
Lesão Corporal Dolosa		53	45	53	28	35	68		282
Estupro		5	3	3	2	5	7		25
REGISTROS DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO									
Roubo a Estabelecimento Comercial		4	11	13	2	6	3		39
Roubo de Veículo		18	24	41	29	20	13		145
Roubo a Transeunte		57	63	110	30	24	29		313
Roubo em Coletivo		7	4	19	0	1	0		31
Registro de Ocorrências		803	532	635	256	371	595		3192
Apreensão de Drogas		9	4	17	5	8	9		52

Anexo 7

Perfil dos jovens entrevistados

Perfil dos jovens entrevistados					
Nome	Sexo	Idade	Estuda	Série	Trabalha
G.	feminino	21	Sim	Superior	Não
E.	feminino	19	Sim	1º EM	Não
A.	feminino	18	Sim	1º EM	Não
G.	masculino	18	Sim	2º EM	Não
J.	feminino	22	Não	Concluiu EM	Não
E.	masculino	26	Não	Concluiu EM	Sim
C.	feminino	21	Não	Concluiu EM	Sim
A.	feminino	21	Sim	Superior	Sim
A.	feminino	19	Sim	3º EM	Não
L.	feminino	18	Não	Concluiu EM	Não
T.	feminino	19	Não	Concluiu EM	Não
L.	feminino	18	Sim	2º EM	Não
C.	feminino	19	Sim	2º EM	Não
T.	feminino	19	Não	Parou no EF	Sim

***EM - Ensino Médio**

***EF - Ensino Fundamental**